



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 204

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	4572
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	4573

TAQUIGRAFIA

ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 10 de novembro de 2015

Presidência dos Srs.

Edson Martins - 1º Vice-Presidente

Glauceone - 2ª Secretária

Maurão de Carvalho - Presidente - Presidente

Secretariado pelos Srs.

Lebrão - 1º Secretário

Laerte Gomes - Deputado

(Às 15 horas e 04 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Ailton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glauceone (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lebrão (PTN), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**

1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**

2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**

3º Secretário: **ALEX REDANO**

4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

DEPUTADOS AUSENTES: Lazineho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 59ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Quero registrar a presença do Vice-Presidente da Câmara de Alto Alegre dos Parecis, Dair Boone, muito obrigado pela sua presença. E também do Vereador Denair da Silva, meu amigo, Vereador do meu Partido lá do município de Alto Alegre dos Parecis. Muito obrigado a todos que compõem o plenário nesta Casa, prestigiando os trabalhos nesta tarde.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 221/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “institui o Marco Normativo para a criação do Sistema Escolar de Convivência no Estado de Rondônia”.

02 – Mensagem nº 222/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “cria o Sistema Integral de Mediação Escolar”.

03 – Mensagem nº 223/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “altera dispositivos da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, que ‘Dispõe sobre a Lei Orgânica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia’, regulamenta o Quadro de Oficiais Auxiliares BM (QOABM) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

04 – Mensagem nº 224/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 40.917.760,56, em favor das Unidades Orçamentárias, Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM e Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER”.

05 – Mensagem nº 225/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 976.128,02, em favor das Unidades Orçamentárias, Tribunal de Contas do Estado – TCE e Ministério Público – MP”.

06 – Mensagem nº 226/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “acrescenta, altera e revoga dispositivos à Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que ‘Institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências”.

07 – Ofício nº 2521/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 288/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

08 – Ofício nº 2379/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 290/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

09 – Ofício nº 2376/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 290/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

10 – Ofício nº 2351/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 290/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

11 – Ofício nº 2350/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 289/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

12 – Ofício nº 2349/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 289/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

13 – Ofício nº 2346/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 289/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

14 – Ofício nº 2347/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 290/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

15 – Ofício nº 2377/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 313/15, de autoria do Senhor Deputado Edson Martins.

16 – Ofício nº 2504/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 313/15, de autoria do Senhor Deputado Edson Martins.

17 – Ofício nº 2348/2015 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 299/15, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes e Senhora Deputada Lúcia Tereza.

18 – Ofício nº 2520/2015 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 999/15, de autoria do Senhor Deputado Lazineiro da Fetagro.

19 – Ofício nº 2352/2015 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 788/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

20 – Ofício nº 3698/2015 – DER/RO, encaminhando resposta ao Requerimento nº 272/15, de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

21 – Ofício nº 2992/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta ao Requerimento nº 272/15 de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

22 – Ofício nº 2515 – DITEL, encaminhando cópia do Decreto, de 25 de outubro de 2015, que “declara luto oficial em todo o Estado de Rondônia”, devido o falecimento do Ex-Deputado Paulo Moraes.

23 – Ofício nº 226/2015 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia da Decisão nº 136/2015/GCVCS/TCE-RO, para conhecimento e medidas cabíveis.

24 – Ofício nº 1897/2015 – Ministério Público do Estado, solicitando informações sobre a existência de Lei Estadual que regulamente as atividades de segurança nos locais em que estão instalados caixas eletrônicos.

25 – Ofício nº 2056/2015 – SEJUS, solicitando a gravação e registros da Audiência Pública ocorrida no Plenário da ALE/RO, em 5 de novembro de 2015, às 18 horas e 30 horas.

26 – Ofício nº 068/2015 – Sistema OCB/SESCOOP-RO, encaminhando cópia da Lei Federal nº 5.764/71, agradecendo e pedindo apoio para dar continuidade ao desenvolvimento de trabalhos em prol do cooperativismo no Estado de Rondônia.

27 – Ofício s/n – Confederação de Tiro e Caça do Brasil, solicitando apoio para a implantação de projeto de abate de Búfalos Selvagens na Reserva do Guaporé.

28 – Ofício nº 394/2015 – Governo do Estado, convidando para participação no Seminário “por uma nova arquitetura institucional da segurança pública pela adoção no Brasil do Ciclo Completo de Polícia”, no dia 6 de novembro, às 09 horas, no auditório do Ministério Público Estadual.

29 – Ofício nº 131/2015 – Instituto de Pesquisa de Rondônia, Solicitação de apoio para lançamento do livro “Perfil Epidemiológico do Câncer em Rondônia”.

30 – Memorando nº 199/2015 – Gabinete do Deputado Airtton Gurgacz, encaminhando Denúncia sobre supostas irregularidades e ilegalidades ocorridas no Centro de Convivência do Idoso da Prefeitura de Porto Velho.

31 – Memorando nº 241/2015 – Gabinete do Deputado Dr. Neidson, encaminhando Ofício nº 039/ACREDITAR/2015, a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da ALE/RO, para as devidas providências.

32 – Requerimento da Senhora Deputada Glaucione, justificando ausência nas Sessões dos dias 20 e 21 de outubro de 2015.

33 - Requerimento do Senhor Deputado Marcelino Tenório, justificando ausência nas Sessões dos dias 20 e 21 de outubro de 2015.

34 - Requerimento do Senhor Deputado Marcelino Tenório, justificando ausência na Sessão do dia 30 de setembro de 2015.

35 - Requerimento da Senhora Deputada Lúcia Tereza, justificando ausência nas Sessões dos dias 20 e 21 de outubro de 2015.

36 - Requerimento da Senhora Deputada Rosangela Donadon, justificando ausência nas Sessões dos dias 13 e 14 de outubro de 2015.

37 - Requerimento do Senhor Deputado Luizinho Goebel, justificando ausência nas Sessões dos dias 13, 14 e 21 de outubro de 2015.

38 - Requerimento do Senhor Deputado Léo Moraes, justificando ausência na Sessão do dia 16 de setembro de 2015.

39 - Requerimento do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando ausência na Sessão do dia 2 de setembro de 2015.

40 - Requerimento do Senhor Deputado Maurão de Carvalho, justificando ausência na Sessão do dia 7 de outubro de 2015.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente recebido, passemos às Breves Comunicações.

Com a palavra ilustre Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa, por cinco minutos sem Apartes. Houve uma inversão do Deputado Laerte com o Deputado Maurão de Carvalho.

Com a palavra o ilustre Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Quero cumprimentar o Presidente, neste ato o Deputado Edson Martins; o Deputado Secretário desta Casa, Deputado Lebrão; colegas Deputados, Deputadas; cumprimentar a imprensa e as pessoas que vêm nos assistir, que estão no nosso plenário. Portanto, é uma alegria tê-los mais uma vez nesta Tribuna, mas lamentar neste momento, Deputado Edson, a perda do Doutor Herculano, Juiz Federal, um grande amigo que nós perdemos, um grande Juiz federal, Juiz do nosso Estado que prestava um grande trabalho, Deputada Lúcia. E que infelizmente na sua viagem, indo atender um pedido de um dos seus colegas, indo para a cidade de Rio Branco - Acre, ele perdeu, segundo o que me passaram, a direção do seu carro, e com isso capotou seu carro e perdeu a sua vida. E à noite, viajando na BR sozinho, isso serve até de exemplo para todos nós, que às vezes nós fazemos isso, e eu às vezes faço isso, às vezes chego, viajo sozinho mesmo dirigindo tarde da noite. E pelo que me contaram ele ficou pelo menos uma hora, uma hora e pouco, ainda falou no e-mail, no celular, mas infelizmente não chegou ninguém naquele horário que poderia socorrê-lo. Infelizmente perdeu a sua vida. Mas um grande Jurista, um grande Juiz, o Judiciário com certeza perdeu um grande membro que é o Doutor Herculano. Eu tenho certeza que o Doutor Dimas, que nós tivemos a honra, esta Casa também, de homenagear com Título de Cidadão. No dia que ele esteve aqui presente, fez um grande discurso, um grande orador. E para nós era uma alegria termos aquele amigo, que fazia parte do Judiciário como Juiz, e que era amigo de grande parte dos colegas Deputados desta Casa. Podemos ver a quantidade de pessoas que sentiram pela perda do Doutor Herculano. Então, fica aqui o nosso sentimento pela perda de um grande homem que deu exemplo para o Estado de Rondônia. E por onde ele passou, no Pará, Ji-Paraná foi Juiz, e, portanto, com apenas 52 anos perdeu a sua vida. Então foi uma grande perda para o nosso Judiciário. Eu quero pedir aos nossos colegas, às pessoas que orem pela esposa dele que também passa por uma grande dificuldade, uma enfermidade que infelizmente tem ceifado tantas vidas, que também passa pela enfermidade do câncer e que ficou sem o seu esposo, com toda a saúde, com todo vigor, com toda vontade de trabalhar no cargo que exercia como Juiz. Portanto, eu não poderia deixar de fazer esse registro nesta Casa, sobre a grande perda do Juiz Doutor Herculano.

Era isso senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Presidente Maurão. Realmente bem lembrado, a grande perda no nosso Estado, Dr. Herculano, Juiz Federal, um acidente fatal, realmente perdeu a vida.

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o ilustre Deputado Laerte Gomes, por 5 minutos sem Apartes.

Só registrar a presença do Ex-Superintendente da Funasa, Josafá Marreiro presente. Muito obrigado pela sua

presença. E também do Eder Vieira da Silva, Vice-Diretor da Escola Família Agrícola do Município de Vale do Paraíso.

Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, quero cumprimentar aqui o ex-vice-prefeito do Município de São Francisco, Zé Polaco, que está aqui nos visitando.

Dizer, Senhor Presidente, o que me traz a esta Tribuna, primeiro parabenizar a todos os Radialistas do Brasil, especialmente aqui do Estado de Rondônia. No último dia 7 de novembro tivemos o Dia do Radialista. Radialista, em nome do nosso Radialista aqui da Assembleia, Deputado Ezequiel Júnior, que através das ondas do rádio leva o entretenimento, as informações, as notícias a cada canto, a cada lar, a cada canto do Estado de Rondônia. Então, queria deixar aqui os meus parabéns a todos os Radialistas do nosso Brasil em especial do nosso Estado.

Dizer, Senhor Presidente, que no último sábado estivemos ali no município de Ji-Paraná, participando da inauguração dos estúdios da Rádio Planalto AM-1.390, acompanhado juntamente com o Senador Ivo Cassol e, principalmente, de funcionários da Rádio Planalto de Ji-Paraná, juntamente com o diretor, o Diretor nosso amigo Nycomed. Estúdios novos foram construídos, a estrutura melhorou muito e agora a Rádio Planalto vai fazer conjuntamente a sua programação, na maioria do tempo, com a Rádio Tropical de Presidente Médici. E na oportunidade, a Senadora Ana Amélia, Deputada Lúcia, grande Senadora do Rio Grande do Sul, também participou, seu Partido do PP, também participou da inauguração dos estúdios da Rádio Planalto.

Mas dizer também que participamos, no último sábado, também em Ji-Paraná, juntamente com o Cel. Caetano do DER, do encerramento do Curso de Capacitação dos Servidores que trabalham no aeroporto de Ji-Paraná. Uma cobrança que nós vínhamos fazendo há meses para que esses cursos fossem dados àqueles servidores, porque estavam vencidos, e isso poderia ocasionar até a paralisação do voo da Azul no município de Ji-Paraná. O curso foi encerrado, os servidores... tinha de Cacoal e também de outros municípios e aqui eu teci fortes críticas, Deputado Ezequiel, ao DER pela questão dos cursos do Raio-X e também, na última semana agradei, porque mesmo com atraso chegou. Então, eu quero fazer também esse agradecimento ao DER, principalmente ao Sivanildo que é o Diretor Operacional Aeroviário e ao Manoel, por ter juntos, por ter trazido e colocado esse curso aos nossos servidores, esse curso de capacitação.

Também, na oportunidade, já foi anunciado voos extras, através dessa ação, dessa ação do Raio-X, dos cursos, já vamos receber em Ji-Paraná, Josafá, voos extras da Azul. Não é o jato que falaram que vinha, mas é uma aeronave ATR que vai fazer, a partir do dia 04 de dezembro, na sexta-feira um voo, voo de nº 90, 1090238 um voo ligando a partir das 11 horas e 45 minutos, saindo de Ji-Paraná, ligando ao município de Cuiabá. Então, nós já vamos ter mais uma opção de voos de segunda a sexta e domingo, com exceção do sábado que não vai ter o voo, a semana inteira, no mês de dezembro, vão ter esses voos extras que a Azul está colocando através de uma ATR ao

município de Ji-Paraná. Eu acho isso importante, nós vamos ter mais uma opção, e esperamos com isso que as passagens também diminua o preço. E dizer que através do nosso trabalho, principalmente na questão do Raio-X e dos cursos e através do trabalho, também nós temos que ressaltar aqui a questão do voo, principalmente do Deputado Federal Marcos Rogério, nós podemos ter mais esse voo agora fazendo o município de Ji-Paraná.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de noticiar isso, e eu acho de fundamental importância que a questão do voo extra da Azul, a questão do encerramento do curso e da chegada do Raio-X, que ainda não foi instalado. O compromisso é até dia 16 de novembro para ser instalado o Raio-X no município Ji-Paraná, e a questão também, logicamente, de lembrar do Dia do Radialista.

E para finalizar, Presidente, na última sexta-feira estivemos no município de Presidente Médici, junto com a Associação Comercial, com os Vereadores, com a Prefeita, assinando um convênio no valor de trezentos mil reais para que fosse feita a recuperação de pavimentação asfáltica nas ruas e avenidas de Presidente Médici. Esse recurso é para comprar insumos e Vossa Excelência tem uma emenda lá, Deputado Edson, cento vinte mil reais, não sei se já foi liberado já o seu convênio, mas nós já assinamos lá, inclusive eu disse isso no evento e agora depende, cabe à Prefeita fazer aquisição desses insumos e depois nós trabalharmos junto ao Governo, para levarmos o maquinário do DER até o município de Presidente Médici, para recapear essas ruas e avenidas. No mais é isso Senhor Presidente. Depois nós iremos a voltar falar no Grande Expediente sobre outros assuntos e temas.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações concedo a palavra, por cinco minutos sem Aparte, ao nobre Deputado Adelino Follador.

O Deputado Adelino Follador com a palavra.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, pessoal aqui presente, imprensa, com certeza nós vamos a... Esse final de semana, na sexta-feira, nós tivemos, inclusive o Deputado Cleiton Roque, também esteve, nós estivemos juntos em Três Coqueiros, tivemos também em Rio Branco e tivemos em Jacinópolis onde hoje, nós conversamos com a Secretária para ver se dá ordem de serviço o mais rápido possível. O próprio Governador inclusive estava lá também, ficou para marcar essa dada para dá ordem de serviço de uma obra tão esperada por Jacinópolis. Nós estivemos lá visitando as salas de aula, onde funciona hoje uma sala de aula feita de mutirão pela própria comunidade, e um calor, as crianças passando mal dentro da sala de aula. Portanto, nós temos que urgentemente dar a ordem de serviço nesse colégio que está previsto para construir lá em Jacinópolis. E também a ponte do Rio Jaci, ligando pela Estrada Parque, uma estrada que passa, tem dias que passam 800 veículos por dia, e esse rio, essa ponte está, foi feito um desvio por dentro da água e na hora que começar a chover vai ficar interditada, Deputado Ribamar. E o pessoal está preocupado porque vai isolar aquela região toda que vai para Nova Mamoré. Então, essa ponte, o DER já começou a ajudar a recuperar, mas o pessoal que deu

a madeira, o pessoal fazendo vaquinha para comprar o cabo de aço para o Bate Estaca. Mas nós hoje estivemos junto com o Deputado Cleiton Roque lá com o Diretor Geral do DER, e o Diretor já conversou com o Amarildo lá de Buritis, que é o responsável pelo DER, e ele se comprometeu de dar um jeito, e dentro de vinte a trinta dias arrumar aquela ponte. Vai ser provisoriamente, porque vai ter que construir uma ponte definitiva de alvenaria, no futuro. E nós temos que resolver agora, de imediato, arrumando aquela ponte, que já existe lá. Dois vãos que foram danificados, inclusive um está desmanchado e precisa urgentemente tomar providência. O Diretor Geral já determinou para a sua equipe, esperamos, vamos cobrar que isso aconteça o mais rápido possível para não isolar aquela região.

Eu quero também pedir aos companheiros, colegas aqui da Assembleia, que daqui a pouco nós vamos ver os Projetos que vão estar na pauta, que vão poder ser votados. E nós temos aqui um Projeto de autoria do Deputado Luizinho, que é o Projeto nº 151/15 que altera o Artigo que pode favorecer a comunidade. Há muitos bochichos em torno desse Projeto, mas lá em Cujubim, eu estive lá, e hoje tem uma usina funcionando, com motores com 12 megawatts. Então, não está se pedindo para dar impacto a lugar nenhum, estão pedindo que a gente mude de dez, adequar com a legislação federal para 30, mas não precisaria nem ir para 30, porque lá funcionam 12 megawatts. Então, a usina que está funcionando hoje, já está ilegal, está tendo impacto ambiental muito grave, porque ela está poluindo a região onde moram muitas pessoas na redondeza, no meio de um bairro, na área comercial, onde o comércio, o Deputado Ezequiel conhece lá, o comércio da frente não pode abrir a porta porque senão não consegue falar com o cliente. O cliente entra pelo fundo para poder se comunicar, para poder pedir o que ele quer. E agora tem a subestação, e os motores estão lá numa área fora, bem longe da cidade e eles estão empatados, a empresa está empatada porque houve, há um questionamento da Lei Estadual que teria que se adequar com a Federal, inclusive a SEDAM tinha dado autorização, EIA/RIMA, ele cancelou porque, porque houve uma denúncia. Então, nós temos que adequar essa Lei para que ele consiga beneficiar aquela comunidade.

Em Buritis também, essa é uma subestação que está do lado da outra e já funcionam os motores com 18 megawatts. Então, se está ilegal, já estava ilegal e eles nunca pediram EIA/RIMA lá. Então, agora simplesmente porque está melhorando, porque o projeto é para melhorar, para poder colocar num lugar mais adequado, nós estamos demorando a aprovar e tem que aprovar urgentemente, sob pena de chegar dia 06 e não poder funcionar.

Machadinho, também uma de 14 megawatts, também hoje já está funcionando e vai fazer outra com a mesma, com a mesma capacidade. Então, não está criando mais impacto. E depois de nós aprovarmos aqui, ainda a SEDAM vai ter que dar licença prévia para a empresa continuar os trabalhos. Depois da licença prévia tem que aprovar a licença de instalação. Depois, a terceira etapa tem que ter a licença de operação. E isso teria que estar aprovado até dia 06 de janeiro, porque dia 06 de janeiro é o prazo para funcionar sob pena de ter multa

do Ministério e ter multa, significa que pessoas vão ter que responder sobre isso.

Então, a minha preocupação é que nós sentássemos para haver consenso na questão da, a nossa Comissão de Redação e Justiça hoje, a Deputada Lúcia estava presente, o Deputado Jesuino também e nós ficamos só em 03 e não deu quorum, não conseguimos despachar. O Deputado Léo também, era relator, viajou e não deu o Parecer. E agora teria duas horas também, e o Deputado Maurão tinha um comunicado que tinha convocado a Comissão de Meio Ambiente para fazer a reunião junto conosco também, não veio ninguém. Então, a minha preocupação, que eu sempre falo, que nós, os políticos, não atrapalhando o cidadão, já faz um grande favor. Então, nós temos que sentar, se houver as explicações que foram pedidas, o Deputado Luizinho recebeu os pedidos, já passou e já me mostrou inclusive, já protocolou duas vezes.

Então, nós precisamos olhar com carinho. Agora, quando nós definirmos a aprovação... eu estou tentando falar com o Deputado Léo, também não consegui, não me atendeu. O Deputado Maurão também tentou ligar e não conseguiu falar com ele, mas nós não precisamos. Semana que vem nós também não temos mais Sessão aqui porque a maioria está indo para Bolívia, eu não vou, mas a maioria está indo. Então, possivelmente não vai ter quorum. Então, essa é a nossa preocupação, que o tempo está passando, sem ser a semana que vem nós vamos ter mais duas Sessões só nesta Casa e nós não podemos deixar a comunidade e eu tenho certeza... diz um morador do lado do motor lá de Cujubim, "chame alguém para resolver essa situação porque está atrapalhando para dormir... uma semana aqui do lado da minha casa, eu hospedo aqui na minha casa para ele ver se alguém consegue dormir".

Então, eu gostaria de deixar aqui esta manifestação, que nós fomos cobrados. Eu tenho obrigação de trazer aqui, mas eu gostaria que todos nós sentássemos para ter, arrumar uma saída para que consigamos resolver a situação daquela comunidade.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Concedido, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Em cima dessa questão das PCH's, é o seguinte: este projeto não pode ser votado dessa forma, e pior que tem, eu vi o próprio Deputado Adelino falando nesse instante aqui, que o empresário, o empresário falou que tem Deputado, tem uma lista de Deputados pedindo dinheiro para esse empresário para aprovar esse projeto. Aí, o que tem que fazer? No mínimo tem que chamar esse empresário aqui, dizer para ele, qual é o Deputado que está querendo achacar ele ou querendo cobrar alguma coisa dele. Porque não dá para aprovarmos projeto desse tipo, com esse tipo de gente, eu não confio nesse tipo de gente.

Mariana, está lá, ali em Minas Gerais, aquela covardia, aquele crime hediondo que fizeram ali com aquele povo. A mesma coisa é esse negócio aí, e eu fico admirado aqui, quando vê falar em PCH beneficiar o povo. Aonde é, Deputado Adelino,

que usina hidrelétrica beneficia o povo? Onde diabo? Agora, eu acho engraçado é Rondônia fornecer energia para o país inteiro, para o país inteiro nós fornecermos, estupraram o nosso rio Madeira, e agora, para o povo de Rondônia ser beneficiado tem que fazer PCH sem os impactos.

Fazendo os impactos, o tal dos estudos, acontecem essas desgraças todas. Inclusive tem ameaça dessa, daqui a pouco essas barragens aqui dessas Hidrelétricas aqui de Jirau e Santo Antônio estourarem e levarem Porto Velho todinho abaixo. É como eu te falei, aí nós ficamos preocupados com empresário? Ele quer fazer, cumpra a lei, a lei federal não diz que é 30 não, na lei federal é 10 também. E qual o problema em fazer os estudos? Vamos chamar uma Audiência Pública aqui, chamar os empresários, chamar o Governo, chamar o povo, chamar o Ministério Público, chamar as entidades. Nós não podemos autorizar esse povo a fazer as coisas de qualquer jeito e depois vêm as tragédias aí. E aí? Depois quem é que vai pagar a desgraça? Por isso, Deputado Adelino, essas coisas não podem ser desse... Isso é muito sério, Deputado Adelino. Por coisa desse tamanho, Deputado Lebrão, aqui... Aí nós estamos aqui falando, com conversa que tem Deputado, se tem Deputado então vamos tirar isso a limpo, vamos acabar com essa putaria nesta Assembleia. Não dá para... Por que quando diz que tem uma lista de Deputado, todo mundo é suspeito, entendeu, Deputado Aírton? Não pode ser desse jeito, esta Casa não pode funcionar desse jeito, não pode. Chama, vamos discutir, vamos debater, tem até de 6 de janeiro, como Vossa Excelência falou, nós temos até o recesso para discutir e debater, não pode ser desse jeito. Um Deputado joga a sua... vem com discussão, 'tem que ser isso, tem que ser isso, por isso e por que aquilo'. A responsabilidade aqui é de nós todos, é de nós todos. Nós não podemos assumir sem primeiro, que é muito sério isso, isso pode trazer consequências grandes, Deputado Adelino. Isso pode trazer consequências grandes, que está aí. Aqui em Rondônia já teve coisa parecida com essas Usinas.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu não estou falando de PCH, estou falando de motores diesel que está lá parado, e que precisa funcionar. Eu estou falando, e de mais a mais eu estou defendendo aqui a comunidade, não tenho interesse, inclusive o empresário que instalou lá, já instalou lá sem a RIMA e está acima de 10, então todos estão ilegais. Nós queremos legalizar os motores para funcionar, para tirar dali do meio da cidade e já foi feita a licitação, só que a empresa que já detinha dessa autorização, ela perdeu na licitação, aí ela foi denunciar porque ela sabia que estava errada, porque ela não tinha RIMA, ela não tinha entrado com a documentação. Então, é um desrespeito e eu estou aqui defendendo simplesmente a comunidade que precisa resolver. E o prazo é dia 6 de janeiro, nós temos que, se nós não aprovarmos aí vai ter que aguardar para fazer Audiência Pública. A própria questão da SEDAM, tem uma tramitação. E mesmo que se aprovarmos aqui alteração, eu vou repetir aqui, depois vai ter que pedir à SEDAM, a empresa que for para instalar, ela tem que pedir a licença prévia, aí tem

que esperar sair, tem que ter a licença de instalação e que tem que ter a licença de operação até o dia 6 de janeiro. Então, houve uma expectativa de que seria aprovado nesta Casa e que daí está ficando uma situação difícil, porque compraram os motores, os motores estão lá e não tem... o Ministério Público interveio em função da não adequação de uma legislação federal que já existe, para adequar aqui no Estado com a mesma quantidade que seria lá em Brasília. Hoje funciona Buritis com 18; Machadinho com 14 e Cujubim com 12, não tem nada de PCH, não. Nós estamos brigando... As outras são todas menores, são as 3 que estão criando problema porque são as maiores que estão naqueles contratos, o resto tudo abaixo de 10, não tem problema nenhum.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente? Deputado Hermínio...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, é só para... Mas o Projeto do Deputado Luizinho é mais abrangente. Ele abrange isso aí em outros tipos de PCHs, não é isso, Deputado Luizinho?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então, é isso que eu quero deixar claro...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Por isso que falo que tem que ter uma discussão mais...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – A iniciativa do Projeto é minha, e nós, simplesmente... há uns anos atrás tem o Código Nacional de Meio Ambiente, que é o CONAMA. E lá no CONAMA dizia que qualquer fonte geradora de energia abaixo de 10 mega, faria um projeto sem EIA/RIMA. Esse seria a proposta do CONAMA, que é o Código Nacional de Meio Ambiente, de 10 abaixo. De 10 acima, precisava do EIA/RIMA que é uma licença específica de impacto ambiental, certo? E o Estado de Rondônia, no código do Estado de Rondônia, Deputado Hermínio, também copiou aquilo que já era instituído pelo código mãe, que é o federal, e se criou no Estado de Rondônia 10 mega também. Depois do passar dos tempos, alterou-se o código, o código nacional mudou. O código nacional que é onde é feito estudos, os técnicos, e aí eu não vou contestar se o técnico está certo ou errado porque eu sou leigo nesse assunto. O pedido que eu recebi foi exatamente para que se colocasse o código, o pedido do Governo, do Estado, eu como líder do Governo, que se colocasse o código estadual de acordo com o código federal e foi o que eu simplesmente fiz. O meu projeto é muito claro, altera-se o Artigo do código estadual de 10 mega para o código federal 30 mega. Foi exatamente o que foi feito, e essa Mensagem poderia ter vindo do Executivo, mas simplesmente por se tratar de uma coisa tão simples, pelo menos no olhar da questão da legislação federal, nós fizemos a propositura.

Eu até concordo que tem que ter discussão, Deputado Hermínio. Agora, o que eu gostaria muito é que os Deputados, tanto o Deputado Léo Moraes que não está presente quanto o Deputado Jean Oliveira, que também não está presente que viesse aqui e dessem uma resposta exatamente daquilo que nós já informamos que foram os pedidos que eles fizeram e que venham aqui 'hombriamente' e coloque um Parecer aqui e pare com essa especulação. Coloque um Parecer contrário

ou favorável e vamos submeter à maioria desta Casa para definir se querem ou não querem o projeto. Agora, o que não pode mesmo, eu acho que tem que ser tudo muito claro aqui, muito claro diante do plenário, com muita publicidade, inclusive, todas as coisas que tramitam, todos os projetos que tramitam dentro desta Casa. Eu gostaria muito que esses Deputados que estão aguardando essas informações e quando deixa de ser uma vai para outra, que promovam uma Audiência Pública, que convoque uma Audiência Pública aqui e coloque todos os Poderes e que de fato, claramente, de verdade que venham aqui e apresente ao público qual é a dúvida que eles têm ou qual é o receio que eles têm de votar esse projeto. Isso que tem que ser feito e parar verdadeiramente essa especulação, de uma especulação que eu não sei aonde quer que vá, e esse aqui, o que o Deputado Adelino está falando não tem nada a ver com o meu projeto, mas simplesmente o que o Deputado Adelino está falando é que essas empresas, se é o caso que tem esse interesse de prestação de serviço e que pode, dentro deste meu projeto, receber algum amparo, que pelo menos elas tenham o direito. Deputado Hermínio, eu estou plenamente coerente com V. Ex.^a quanto fala de que há questões escusas dentro dessa especulação. E se existe, que tem que vir aqui em público dentro de uma Audiência Pública e de fato acabar com isso. O que não pode é esse Parlamento ficar enrolando, enrolando todo o tempo, sabe por que, Deputado Hermínio? Qualquer empresa, qualquer lei federal é maior do que a lei estadual, tanto quanto o ex-vereador e hoje Deputado Cleiton Roque, ex-vereador, e hoje Deputado Ezequiel Júnior, Deputada Lúcia Teresa que já foi prefeita, mas que sempre conviveu com a Câmara de Vereadores, pode falar que a lei estadual sempre é maior do que a lei municipal. Então, eu gostaria muito que de fato chegasse a um consenso e realmente acabe, porque veio um pedido, eu fiz a justificativa. Veio outra vez pedido e eu fiz outra vez a justificativa. E me estranha muito porque os Deputados que ficam com essa dúvida, pedindo informação, não façam um pedido de uma Audiência Pública e discuta aqui com todos os Poderes, os Poderes que acharem necessário.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu só gostaria, Deputado Luizinho, que Vossa Excelência fizesse, é pertinente o assunto, mas que se inscrevesse no Grande Expediente porque na verdade, nós seguimos a Sessão, a Questão de Ordem no discurso com Aparte. Então, eu gostaria que o Deputado Luizinho pudesse se inscrever e que os Deputados pudessem apartear no Grande Expediente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Inclusive o Deputado Jean Oliveira aqui fez um pedido na época para que voltasse para a Comissão dele, ele é um que veio aqui com um tal de defensor ambiental que não tem nome, não tem endereço, que promova, Deputado Jean, uma Audiência Pública aqui e desta forma fica clara as coisas porque realmente o que o Deputado fala aqui, começa até a me assustar. E hoje eu só não vou retirar esse projeto porque daqui a pouco pode prejudicar pessoas que têm interesse, senão realmente eu ia retirar. É vergonhoso o que esses caras estão fazendo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Deputado Luizinho, vamos encerrar essa Questão de Ordem.

Eu gostaria de registrar a presença do Presidente da Associação do Bairro Universitário de Porto Velho, Sr. Vicente Silva, e também vários moradores, senhores e senhoras do Bairro Universitário. Também, em nome do Deputado Airton Gurgacz, registrar a presença do Joaquim, do PMDB de Ji-Paraná. Também registrar, em nome do Deputado Lebrão, o Sr. José Polaco, Presidente da Escola Família Agrícola Vale do Guaporé, e mais algumas pessoas, Sr. Luiz Carlos, Presidente da Associação Central de Alto Alegre. Também está presente Gerson Júnior da Câmara Municipal e Alto Alegre dos Parecis, Vereador, e Ezequiel Silva, Presidente da União Portovelhense. Por conveniência técnica nós vamos suspender a Sessão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu quero convidar os Deputados para nós fazermos uma reunião interna aqui para a gente poder discutir a pauta, colocar os Projetos que não vão ser votados para que a gente não chegue aqui e fique esse puxa e encolhe. Nós precisamos reunir aqui atrás para podermos discutir. Convidar os Deputados que estão em seus Gabinetes que estão nos corredores da Casa para reunião que nós vamos fazer aqui na Sala de Reuniões, depois nós voltamos para o Plenário, mais ou menos 20 minutos ou 30 minutos nós estaremos aqui. O pessoal que está no Plenário pode nos aguardar, se tiver algum Projeto para acompanhar.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Está suspensa esta Sessão por alguns minutos.

(Às 16 horas suspende-se esta Sessão e reabre-se às 18 horas)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta a Sessão.

Nas Breves Comunicações, com a palavra a ilustre Deputada Glaucione, pelo prazo de 5 minutos sem Apartes.

Registrar a presença da Comissão de Rio Pardo que está presente, o Salvador, o Creu, Bordalo, o Eliseu, em nome deles todos se sintam cumprimentados, a Comissão de Agricultores do distrito de Rio Pardo e a todas as pessoas também que estão compondo aqui o plenário desta Casa os nossos agradecimentos.

Com a palavra a ilustre Deputada Glaucione.

A SRA. GLAUCIONE – Cumprimentar nosso Presidente, todos os Deputados aqui presentes, cumprimentar todos os nossos visitantes, muito bem-vindos nesta Casa. Eu não sou uma Deputada de estar usando a Tribuna constantemente, até porque eu acredito que as nossas palavras precisam ser medidas, até para não cair no descrédito. Então, quando eu venho à Tribuna é porque realmente eu preciso usar a Tribuna, eu preciso transmitir para a imprensa, eu preciso comunicar ao povo do Estado, da minha região. E um dos itens, senhores Deputados, plenário presente, que me traz a esta Tribuna é a situação da SEDAM do nosso Estado de Rondônia. Eu quero, inclusive, alertar o nosso Secretário da SEDAM pela forma que vem alguns funcionários conduzindo dentro do trabalho ali na SEDAM. Semana passada, por exemplo, a Sra. Márcia do

COLMAN fechou, líder do Governo, ela fechou o setor dela e não atendeu nenhum empresário do Estado de Rondônia. Tem gente que viaja 700 km para chegar nessa Coordenadoria dela. Ela é a dona do setor, ela simplesmente fechou e não atendeu ninguém! E o povo, pensa nos empresários humilhados ali na porta do COLMAN. Sra. Márcia, a senhora não é a dona do COLMAN! O COLMAN é uma Coordenadoria do Estado de Rondônia, ele precisa estar aberto todos os dias, de segunda a sexta, no horário de expediente. Dizer também, Sra. Márcia, que o salário da senhora é pago pelo desenvolvimento, talvez, desses empresários do nosso Estado que muitas vezes estão sendo humilhados na porta do seu setor.

Então, nós esperamos que o Sr. Secretário tome providência em relação a essas situações. A SEDAM já vem, historicamente, com uma fama ruim. Nós sabemos que têm muitos funcionários bons, mas às vezes têm dez bons e têm dois fazendo piseiro, e esses dois mancham o órgão. E eu espero que o senhor Secretário realmente verifique, porque nós estamos tendo muitas reclamações nas bases e no interior.

Agora, eu quero passar aqui, senhores Deputados, a situação do DER, o que acontece na minha região. No meu município o DER, há dois anos, licitou 32 quilômetros de asfalto, Deputado Lebrão, e faltou executar 17. Tem mais de um ano que a empresa quebrou, está parada e o DER não toma providência pelo menos de mandar o destrato para o Município de Cacoal, para que as máquinas do município pelo menos tampem os buracos. Hoje nem a máquina, Deputado Hermínio, do município, pode entrar nesses 17 quilômetros, Deputado Edson. E eu para chegar aqui na Tribuna, eu cobrei do Cel. Caetano o ano inteiro. Nós estamos, hoje dia 10 de novembro, a chuva no Estado já está começando e aí a conversa é que 'semana que vem nós vamos licitar, semana que vem, o mês que vem', e com isso me cozinhou no banho-maria durante um ano e o meu município lá com 17 quilômetros de buraco e o DER nem o destrato tem a coragem de mandar para o meu município, para, pelo menos, as máquinas do município ir tapar aqueles buracos. Não pode entrar, tem um contrato com o Estado! Se tem um contrato, a máquina do município não pode chegar. Eu espero que o DER dê uma resposta para o meu município nesse sentido. E mais, já tem mais de um ano que pararam as obras. Como tem diversas obras paralisadas no Estado! diversas obras! é dinheiro nosso, minha gente, é dinheiro nosso. Tem mais de um ano que paralisou a obra do Parque Sabiá. E eu falo, 'Coronel Caetano, nós precisamos retomar aquela obra, Coronel Caetano, começou desfazer o que já estava pronto, nós começamos perder, nós estamos com prejuízo'. "Não, a semana que vem eu vou conversar...". Agora, pediram para eu conversar com empresários, o patrão é o Governo, é o Executivo que é o patrão, Deputado fiscaliza, Deputado não tem que ter contato com empresário, não. Então, eu peço ao DER, que me dê uma resposta, por quê? A imprensa já está batendo no Governo do Estado, que muitas vezes o Governador nem conhecimento tem porque o Estado é muito grande e cada Secretário tem que cuidar da sua pasta. Eu espero uma resposta do Coronel Caetano em relação ao Parque Sabiá, do Município de Cacoal.

O Sr. Hermínio Coelho – Um Aparte, Deputada?

A SRA. GLAUCIONE - Com a palavra Deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho – Deputada Glaucione, quero parabenizar Vossa Excelência pela fala, pelo discurso denunciando dois órgãos importantes do Estado, tanto a SEDAM como o DNIT. E todo mundo sabe a esculhambação que é principalmente nesse DER. E Vossa Excelência está falando aí, Deputada Glaucione, lá em Cacoal, no caso, eram 34 quilômetros, eles fizeram a metade e já acabou essa metade que fizeram, e o resto não fizeram, não é isso?

A SRA. GLAUCIONE – Inclusive eu fui comunicada pelo Secretário Municipal de Obras que têm duas Avenidas do Bairro Vista Alegre lá, que é a Flor do Maracá e Avenida das Mangueiras, que eu lutei tanto, o povo padecia ali, uma dessas avenidas, que é das Mangueiras é uma avenida comercial, cheia de comércio, já está lá fazendo denúncia no Ministério Público porque a qualidade foi ruim, complicado.

O Sr. Hermínio Coelho – Mas Deputada Glaucione, é aquilo que eu já venho denunciado há muito tempo. Esse dinheiro, esses 34 quilômetros de asfalto de Cacoal, e é em todos os municípios, Porto Velho eram 150 quilômetros e mais o Espaço Alternativo, esse é aquele um bilhão, um bilhão que o Governo de Rondônia pegou emprestado lá no BNDES, são dois empréstimos, um de quatrocentos e trinta e poucos milhões e outro de quinhentos e poucos milhões que nós aprovamos aqui na Assembleia. Esse dinheiro, Deputada Glaucione, foi todo, o que não foi roubado, foi mal feito, já acabou, ou então é como o Espaço Alternativo que já está lá, aquele... E é em todos os municípios, é de Guajará a Vilhena, todos os municípios, Deputado Dr. Neidson, tem lá uma placa dizendo que eram tantos quilômetros de asfalto, com esse financiamento, com esse empréstimo, e nenhuma cidade... por exemplo, Porto Velho eram 150 e não foi feito nem 1 quilômetro, Deputado Cleiton. E esse dinheiro eles levaram. O dinheiro, é como eu falei, o que não foi roubado, foi mal gasto. Isso é criminoso, é criminoso! E vai ficar por isso mesmo. Esse Coronel Caetano, a informação que eu tenho, não é uma pessoa má, mas o problema que o DNIT está quebrado, o Mosquini arrebitou o DNIT. O Mosquini deixou só o bagaço e levou o dinheiro. Aí meu amigo, fica... Não adianta, que esse prejuízo aí, Deputada Glaucione, esse prejuízo não tem jeito, o prejuízo já existe, nós não recuperamos mais. Mas pelo menos nós poderíamos tentar punir as pessoas que fizeram isso. Que seria aquilo, nós faríamos um levantamento desse DER, Deputado Cleiton, tinha que levantar. Porque é em todos os municípios de Rondônia, todos têm uma placa, tantos quilômetros de asfalto e nenhum, alguns que já foram feitos, já acabaram porque foram mal feitos, e a maioria não foi feito. Por isso Deputada Glaucione, eu sei que a gente não vai conseguir. Eu não acredito que a gente consiga recuperar nada, sabe? Mas é como eu falei para Vossa Excelência, o Coronel Caetano deveria entregar o DER chegar para o Confúcio, e dizer: Confúcio eu não vou mais tocar esse órgão importante do Estado, porque está quebrado, está quebrado, o Mosquini quebrou, o Mosquini quebrou o DER. E ele fica lá tentando empurrar com a barriga, o que não consegue mais, está tudo embargado e não tem

mais dinheiro, Deputada Glaucione. As obras estão todas... algumas começaram, outras nem começaram, está tudo lá, tudo errado e não tem mais como corrigir mais não. O Coronel Caetano não tem como consertar, infelizmente não tem, mas ele fica querendo. Eu não sei o que ele está esperando. Ele tinha que chegar, entregar o DER e dizer: olha, infelizmente deixaram o DER só o bagaço, quebrado, no toco. Ele deveria entregar o cargo e voltar lá para o Corpo de Bombeiro que lá ele é mais útil, faz mais as coisas do que nesse DER.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Herminio.

O Sr. Dr. Neidson – Deputada, me permite um Aparte?

A SRA. GLAUCIONE - Com a palavra Deputado Dr. Neidson.

O Sr. Dr. Neidson – Obrigado, Deputada. Nós estamos sofrendo a mesma situação lá no Município de Guajará-Mirim, só que não tem só um ano, tem mais de dois anos já, que eram 11 quilômetros de asfalto, tinha uma empresa contratada, disseram que iam também tornar a licitar para que possa concluir mais ou menos sete quilômetros e meio que faltam ainda desses 11 quilômetros, e até hoje, nada. Também venho cobrando desde fevereiro, e até hoje, nada. Então, a senhora tem total apoio da minha parte também. Se quiser, podemos até ir juntos lá e cobrar deles também, juntar mais Deputados ou então chamar ele aqui para que ele possa prestar alguns esclarecimentos porque não estão sendo concluídas essas obras, que já tinha o recurso, e até hoje não foi solicitado novamente.

Obrigado, Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Dr. Neidson.

A gente vê que são em vários municípios que vem acontecendo. E falo para Vossas Excelências novamente, antes de eu vir à Tribuna denunciar, falar a situação que está acontecendo, eu estive no DER inúmeras vezes, eu não sei nem dizer quantas vezes eu estive lá pedindo para ver a situação. E a informação que nós temos, infelizmente, é que nós temos vários empresários quebrados também no nosso Estado, porque o Governo deu a ordem de serviço, executaram e o Governo não pagou. Eu tenho o exemplo desse que ganhou a licitação em Cacoal, a situação do homem é deprimente. Ele queria fazer greve de fome na frente do CPA, que é o Jean de Ji-Paraná, dono da Serra Dourada. Ele ficou sem receber, o empresário não consegue tocar, não adianta o Estado dar ordem de serviço para tudo quanto é lado e quebrar os nossos empresários rondonienses também, não adianta. A situação dele... ficou doente, perdeu todo o maquinário, a esposa se separou dele, enfim, a vida do homem virou um caco, tudo por um processo que vem passando de desgaste com o Governo do Estado. Então, se tem dinheiro faz obra, se não tem não dá ordem de serviço, porque vai prejudicar as pessoas, quebrar empresários do nosso Estado e isso é uma falta de respeito com as pessoas. Muitos desses empresários nunca mais vão se erguer porque a situação deles está caótica. Mas eu espero uma resposta do DER e se a Assembleia concordar em convidar, com todo o respeito, o Coronel Caetano para vir até aqui dar uma resposta para a população de Rondônia, o que vai fazer

com essa diferença de asfalto, ou entrega o destrato. Alguma coisa tem que nos falar, não pode silenciar mais. E eu só estou vindo aqui porque eu esgotei as minhas visitas no DER.

Obrigada, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputada Glaucione. Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra à ilustre Deputada Lúcia Tereza, cinco minutos sem Apartes.

A Deputada Lúcia Tereza não está no plenário. Quero pedir a Deputada Glaucione que ocupe a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

(Às 18 horas e 14 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência à senhora Glaucione)

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Com a palavra o Deputado Edson Martins, por cinco minutos.

O SR. EDSON MARTINS – Senhora Presidente, Deputada Glaucione, Senhores Deputados. Eu gostaria só de fazer um registro, desta Tribuna, nesta tarde. Eu gostaria de iniciar cumprimentando todas as pessoas aqui presentes, a imprensa, as pessoas que compõem o plenário, prestigiando o trabalho desta Casa, mas de uma forma muito especial, Deputado Lebrão, Deputado Herminio que é daqui de Porto Velho, Deputado Jesuíno Boabaid, eu gostaria aqui de me dirigir às pessoas de Rio Pardo que estão aqui presentes.

Nós conhecemos a luta, Deputado Adelino, que também é de Ariquemes, que muitas vezes já estive em Rio Pardo, e eu estive domingo, no último domingo eu estive lá na APA, onde uma Lei Estadual criou a APA que é lá na antiga Flona Bom Futuro, no Rio Pardo, estive lá com o Eliseu, comemos um churrasquinho lá no distrito, foi muito rápido, voltei, e não deu para visitar todos os amigos.

Mas lá eu pude perceber a angústia, Deputado Lebrão, das pessoas que vivem lá no distrito de Rio Pardo. As pessoas vivem numa insegurança total. Pessoas que a mais de 15 anos, 10 anos, 12 anos, foram, vieram de outros municípios, até de outros Estados, em busca de um pedaço de terra para trabalhar, para ganhar o pão de cada dia, criar a sua família e aí hoje realmente eles sem nenhuma segurança jurídica de viver, vendo realmente todo o seu trabalho, o seu suor, anos e anos de trabalho que a qualquer momento eles esperam, e precisam desocupar aquela área. Mas eu tenho a certeza que nós vamos achar uma saída, o Governo do Estado, a SEDAM para que essas pessoas realmente possam voltar novamente a ter confiança, a ter fé e voltar a produzir, Deputado Alex, Deputado Ezequiel, e sustentar as famílias deles ali no Rio Pardo. Várias pessoas estão aqui presentes, eu acho que, no mínimo, umas 15 pessoas lá do Rio Pardo que estão ali de pé, já estiveram ali na Presidência hoje, e toda semana eles estão aqui. Eles me disseram que eles confiam nesta Casa, eles confiam nos Parlamentares que eles elegeram, que vão buscar uma alternativa, uma saída para que possam realmente ter a paz de viver ali no distrito de Rio Pardo. E ali, quando nós conversávamos, eles disseram que estão propondo uma ação de inconstitucionalidade na Lei que criou a APA ali no distrito de Rio Pardo, que nessa área, no limite que é a APA, a parte

que está em pé, que é a parte que deve permanecer em floresta. Mas tem ali mais de 80% da área desmatada que hoje já está em pastagem e essa APA limita as atividades das pessoas que estão ali, em pecuária apenas com poucas cabeças de gado leiteiro e ali a pessoa cria gado de corte, vacas de leite. É um lugar realmente muito produtivo. Tem lavouras de cacau, banana, onde as pessoas trabalham, produzem, colocam o pão de cada dia das pessoas na mesa, aqui em Porto velho. Ai, nós conversando ali, nós precisamos, Deputados, achar uma alternativa. Precisamos chamar, convidar para cá o Coronel Vilson que é o Secretário da SEDAM, que representa o Governo, para que a gente possa buscar alternativa. Se for necessário que essa lei, que é uma lei estadual que criou a APA ali no distrito de Rio Pardo, que seja revogada essa lei ou que seja regulamentada as atribuições a esses servidores, que eles possam permanecer lá naquela área e produzir e ganhar o pão dele. Então, por isso eu deixo registrado aqui nesta Tribuna a minha insatisfação da forma que está sendo tratado, está sendo coagido a desocupar a área onde há muitos anos eles estão ocupando, trabalharam ali, estão criando a família deles, mais 50% daquelas pessoas ali, segundo eles, hoje, não se enquadram na lei das APA's dos pequenos agricultores, para que possam permanecer naquela área. Mas eu gostaria que todos os Deputados que estivessem preocupados, quando vem aqui essa Comissão que toda semana está aqui, no Rio Pardo, para que nós pudéssemos buscar, atender eles, buscando alternativas junto ao Governo do Estado, junto à SEDAM, ao IDARON para que possa apresentar, o mais rápido possível, o levantamento que eles têm lá dentro dessa área para que nós possamos realmente encontrar um caminho para que possa regularizar a situação. E se for o caso, nós propormos, todos os Deputados desta Casa, eu tenho certeza que apoiam os produtores que estão ali no distrito de Rio Pardo, trabalhando e produzindo. Nós podemos propor, de repente, a revogação dessa área desde que haja realmente esse entendimento para que possa revogar e nós encontrarmos um caminho de regularizar as pessoas ali no distrito de Rio Pardo.

Gostaria de deixar esse registro aqui para que vocês, todos nós, os Deputados desta Casa, nos uníssemos, Presidente Maurão que tem apoiado muito as pessoas do distrito de Rio Pardo, já foi proposto uma área, uma lei aqui revogando. O ano passado, me parece, que nós votamos aqui uma lei e arguíram a inconstitucionalidade dessa lei, mas se for o caso, que nós possamos achar uma forma e trabalhar realmente para que possa resolver a situação de Rio Pardo. São essas as minhas palavras, senhora Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) - Fala do nosso Deputado Edson Martins e devolve a Presidência para o nobre Deputado.

(Às 18 horas e 20 minutos a senhora Glaucione passa a presidência ao senhor Edson Martins).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra o ilustre Deputado Laerte Gomes por vinte minutos, com Apartes. O Deputado Laerte está ausente.

Com a palavra o ilustre Deputado Lebrão, por vinte minutos com Aparte.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Antes de o Deputado Lebrão usar a palavra, pedir ao Deputado para que se puder evitar usar o tempo, eu sei que o Deputado Lebrão fala pouco, não vai usar nem cinco, para que a gente entre na Ordem do Dia. Têm muitos projetos importantes para votar e as falas, nós vamos fazer na hora de discutir os projetos, na hora de votar, a gente... Pedir para que os Deputados usem menos, porque é lógico que a gente ganha para isso e a gente tem que ficar até de madrugada, até amanhã se for possível. Mas a Sessão muito longa, fica desgastante. É melhor que a gente... e o povo precisa ir para casa, está aqui para acompanhar a votação dos projetos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu gostaria, Deputado Lebrão, até aproveitando essa fala do Deputado Hermínio, pedir que nós, se tiver algum Deputado que puder abrir mão da fala ou economizar nas palavras ou no tempo para que a gente possa votar. Nós estamos vendo aqui, nós estávamos nas Breves Comunicações e vários Deputados pedem Aparte. Fica difícil para a gente aqui, trazer constrangimento ao Deputado de interromper, mas eu acho que a questão de compreensão dos nobres Deputados. Eu acho que as pessoas que estão lá, eles conhecem também o Regimento da Casa, às vezes nós estamos no Expediente de Breves Comunicações não existe, não têm Apartes e as pessoas ficam aparteando, fica ruim para interromper. Mas o Deputado Lebrão tem agora vinte minutos com Apartes. Os Deputados que quiserem usar o aparte, agora. Eu só gostaria de pedir a compreensão porque a gente realmente precisa votar alguns projetos, que a gente pudesse ser breve nas palavras e objetivo.

Obrigado.

Com a palavra o ilustre Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Agradeço a Vossa Excelência, Presidente, neste momento o Deputado Edson Martins. Eu acredito que não precisarei usar o tempo Regimental. Mas eu cumprimento todos os Deputados, senhoras Deputadas, servidores, imprensa presente, todo público presente que ocupa espaço aqui nas galerias, dizer que nós nos sentimos muito honrados com a presença de cada um de vocês. Mas eu venho à Tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, para tecer alguns comentários, falando aqui sobre a caravana que será feita na próxima semana, aqui através da Assembléia Legislativa e eu, desde já, já registro e agradeço a presença. Estarão nessa caravana 16 Deputados Estaduais. E só para lembrar os Deputados e aqueles que ainda não conhecem esse Projeto, trata-se de um dos maiores Projetos para a região Norte, principalmente para o Estado de Rondônia, para o Departamento do Beni, Brasil e Bolívia porque se trata da integração binacional Brasil/Bolívia, de uma nova alternativa de ligação ao oceano Pacífico, através do Porto de Arica, no Chile. E que nós já estamos trabalhando

há alguns anos neste projeto e nós estaremos reiniciando mais uma vez esse trabalho a partir do próximo dia 14, a saída de Porto Velho aqui às 08 horas da manhã. A pousada será no município de São Francisco, acredito que lá pelas 18 horas todos os Deputados já estarão lá. E logo em seguida, no dia 15, às 06 horas da manhã, nós partiremos para Costa Marques, onde nós teremos uma reunião e aí sim, a chegada até o Forte Príncipe da Beira, a travessia no rio Guaporé, o almoço será na cidade de São Joaquim e pernoitaremos, sem dúvida nenhuma, com a previsão de chegar na capital Santíssima Trindade, capital do Estado de Beni logo no início da noite. Nós teremos dia 16, 17 e dia 18 agenda marcada com todos os segmentos do Governo do Estado, além do empresariado, setor produtivo da Bolívia que sem dúvida nenhuma será da maior importância nessas reuniões que serão feitas lá no Estado do Beni. Estarão presentes a FIERO, empresários aqui de Rondônia, a FECOMÉRCIO, a FAPERON, os prefeitos da Zona da Mata, do Vale do Guaporé além dos Deputados, os nossos Vereadores estarão também, com o nosso Vice-Governador e também representantes da esfera federal, já estão confirmados Deputada Marina Raupp, Deputado Luiz Cláudio, esperamos também o Senador Valdir Raupp, que sem dúvida nenhuma será um marco que acontecerá entre o Estado de Rondônia e o Estado do Beni dentro desse projeto que nós iniciamos no dia 29.10.2011 com uma grande Audiência Pública, Deputado Laerte, lá em Costa Marques. Naquele momento, nós tivemos lá o Senador Acir Gurgacz, Senador Cassol, Senador Valdir Raupp, o Governador, na época já Confúcio Moura, participando de uma Audiência que foi da maior importância, além da presença maciça dos Deputados representantes lá do nosso país vizinho, da Bolívia, principalmente do Estado do Beni. No dia 17.11.2011 também, nós iniciamos mais uma vez o nosso trabalho dentro da Bolívia, lá em Trinidad, com uma grande Audiência Pública que deu início nesse grande projeto. No dia 28.09.2013, nós recebemos 100% dos Deputados aqui em Porto Velho e aí sim, realmente nós sacramentamos esse grande projeto que sem dúvida nenhuma será esse projeto da maior importância para a nossa região, para o nosso Estado. E foi criada a Frente Parlamentar de Integração Binacional através da Mensagem 394, que na época tinha como Presidente o Deputado Lebrão, o Deputado Luiz Cláudio, Deputado Edvaldo Soares, Deputado Tucura e agora renovado com a outra Comissão que sem dúvida nenhuma irá dar continuidade a esse trabalho. Retomamos em Trinidad para mais uma reunião no dia 13.11.2013 e criamos a Mesa de Negociações, a Mesa de Trabalho que está sendo contínua com reuniões do Governo. Deixar um registro de agradecimento aqui ao Governador Confúcio Moura, ao nosso Deputado Airton Gurgacz, na época acompanhou como Vice-Governador do Estado numa reunião da maior importância lá na cidade de Trinidad, e sem dúvida nenhuma Vossa Excelência terá oportunidade de ver agora, através desta grande reunião que teremos lá, a continuação e a finalização deste projeto, que é a interligação da BR 429 através da implantação da primeira balsa que vai fazer a integração binacional entre Brasil e Bolívia com a Carretera Central passando por San Joaquin, San Ramón, Trinidad, La Paz e assim chegando ao Pacífico que é o que nós queremos.

O Sr. Laerte Gomes – Permita-me um Aparte, Deputado?

O SR. LEBRÃO - Com Aparte, o Deputado Laerte Gomes.

O Sr. Laerte Gomes - Nobre Deputado Lebrão, Vossa Excelência que lidera verdadeiramente este processo que é de fundamental importância para Rondônia, mas eu vou aqui puxar a sardinha para nossa região, para a 429, para a Zona da Mata, para a região central do Estado. É um Projeto, e tenho certeza que foi um sonho de Vossa Excelência, que sonhou muito bem e trabalhou muito também com a sua equipe, com o Governo, com esta Casa e ver essa semente plantada lá atrás e agora começar a dar os frutos. Eu fico muito feliz de poder estar acompanhando essa Comitativa que vai até o Estado do Beni porque eu entendo que é um projeto que pode, ao longo dos anos, mudar até a história da nossa região, não tenho dúvida nenhuma disso.

Vossa Excelência foi um visionário nisso, lutou, trabalhou e eu tenho que parabenizar o trabalho de Vossa Excelência e conte comigo nesse apoio porque Rondônia vai ser muito beneficiado, como a Bolívia também vai ser. Esse intercâmbio comercial de poder comprar, de poder vender, mas eu acho que a nossa região aqui, a nossa 429 vai sair muito fortalecida disso. Parabéns, Deputado Lebrão e essa Comissão, essa Frente Parlamentar, se Vossa Excelência permitir, eu teria muito orgulho de participar junto com Vossa Excelência nesta Comissão, ao seu lado.

Obrigado, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Agradecer o Aparte do Deputado Laerte.

Peço que seja incluso no nosso pronunciamento, e sem dúvida nenhuma Vossa Excelência, através de seus conhecimentos, enriquecerá muito essa grande Comitativa, esse grande trabalho que será feito lá em Trinidad, que já tivemos problemas, Deputado Airton. Nós tivemos primeiramente uma dúvida gerada através da grande enchente que nós tivemos no passado aqui e gerou certa dúvida, através dos políticos da Bolívia, que achavam que lamentavelmente eram as Usinas que tinham causado aquela enchente, e na verdade, hoje, ficou provado que nada disso aconteceu. Da mesma forma, nós tivemos também a paralisação através das eleições que nós tivemos na Bolívia. Eu quero deixar registrado o trabalho, o agradecimento do atual Governador Alex Terrier Abdar, que na época Presidente da Assembleia Legislativa do Beni, e hoje, felizmente, Governador do Estado do Beni, e o que é melhor, aliado da Base do Presidente da República Evo Morales, que também estará presente nesta Audiência que nós faremos lá para que possamos dar continuidade.

O Sr. Airton Gurgacz – Permita-me um Aparte, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Com um Aparte, o Deputado Airton Gurgacz.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado Lebrão, parabéns por essa iniciativa, e é antiga, a gente sabe dos seus desejos. E também não só, mas para ajudar o nosso Estado de Rondônia e também os nossos irmãos bolivianos, tivemos aquela Comitativa em 2013.

Eu fiquei muito feliz de ter lá o senhor liderando e já falando até em castelhano com o povo, era o nosso intérprete lá nas reuniões que nós fizemos, ficamos três dias naquele trabalho. Aconteceu a questão das enchentes que eles ficaram bem desconfiados que fosse por causa das Usinas, mas hoje se comprovou que não teve nenhum problema. E a alegria nossa de fazer essa ligação, onde os nossos alunos, que tem mais de três, quatro mil que estudam ali em Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba, ali por Costa Marques, não precisarão mais dar aquela volta que se dá por Cárceres, Pontes e Lacerda, aonde se gasta quase 50 horas de viagem. E por aqui, por Costa Marques nós teremos de Costa Marques até o Beni 400km, acho que do Beni até Santa Cruz é mais 300, 250km de asfalto. Então, o senhor veja bem, Deputado, quanto nós vamos economizar de tempo para essas pessoas que moram e estudam lá, e quanto os seus familiares poderão também poder visitá-los com mais rapidez. Eu quero crer que o senhor conseguiu também aquela... o Exército autorizou fazer os dois quilômetros da estrada para fazer o Porto. Um Porto com mais facilidade de acesso, onde o compromisso boliviano estava cumprido e o nosso, segundo seu relatório naquele dia, junto no Exército, junto com o General e os Senadores Acir e Valdir Raupp, com a Deputada Marinha, nós não tínhamos concluído a nossa parte, mas quero crer que está tudo ok. Eu gostaria até que depois o senhor falasse para nós ouvirmos, não perguntei mais para o senhor, mas seria bom que o senhor esclarecesse. Parabéns pela iniciativa. Rondônia ganha, a Bolívia ganha. Nós ganharemos em todos os sentidos, não só nessa área, mas na área de economia de uma forma geral.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Agradeço o Aparte do Deputado Airton, e peço que seja incluso em nosso pronunciamento e dizer que é mérito de Vossa Excelência quando Vice-Governador, que representou o nosso Estado à altura daquilo que o nosso povo tanto merece e precisa e sem dúvida nenhuma, foi da maior importância. E só para ter uma ideia, Deputado Dr. Neidson, que hoje fala fluentemente, aliás, tem binacionalidade, também tem nacionalidade boliviana e que também, juntamente conosco, no último dia 20 de setembro de 2015, nós estivemos presentes lá, Dr. Neidson, nosso Vice-Governador Daniel, o Coronel Caetano, Dr. Helder e eu também, participando dessa Audiência, juntamente com o Reitor da Faculdade Lá de Trinidad e o mais interessante, é que a inauguração da Faculdade de Guayara-Mirim, estará iniciando no início do próximo ano, com duas turmas, uma brasileira e outra boliviana, e o que é mais importante, CRM valendo para os dois Estados. Isso é a força que nós temos hoje, binacional, a Bolívia em ascensão, e nós queremos atingir o mercado boliviano, tanto vendendo como também comprando. O sal que nós usamos hoje no Estado de Rondônia, no Estado do Mato Grosso, ele percorre cinco mil quilômetros vindo de Mossoró, lá do Rio Grande do Norte. Nós temos a maior jazida de sal a menos de 800 quilômetros do município de Costa Marques, a mil quilômetros da cidade de Guajará Mirim. E para Vossa Excelência ter ideia, hoje, para sair de Costa Marques, fazer o percurso até Guajará Mirim, é mais de mil quilômetros, aliás, são mil, 1.143 quilômetros de estrada. Se nós sairmos de Costa Marques para Guajará Mirim,

passando pela Bolívia, dá pouco mais de quatrocentos quilômetros. Essa é a importância dessa integração binacional, dessa interligação através da primeira balsa que teremos em Costa Marques. Isso é produto do trabalho da Assembleia Legislativa do Estado. Eu quero parabenizar o Deputado Hermínio que foi parceiro e também nos ajudou muito nas nossas Audiências que fizemos ainda quando ele era o nosso Presidente e que agora estará presente também, juntamente conosco, nessa grande caravana que será importantíssima para que a gente possa mais uma vez estreitar esse nosso relacionamento entre Brasil e Bolívia e principalmente entre o Estado de Rondônia e o Estado do Beni. Neste momento, Senhor Presidente, eu encerro dizendo que para o momento era o que eu tinha para falar.

Muito obrigado.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Lebrão, antes de Vossa Excelência encerrar, permita-me fazer uma breve consideração.

O SR. LEBRÃO – Tem tempo ainda para explicar.

O Sr. Cleiton Roque – Em referência ao seu pronunciamento, parabeno Vossa Excelência que é um dos Deputados mais experientes desta Casa. É um professor aqui em termos de trabalho, de comprometimento, que defende o Estado de Rondônia, principalmente aquela região da 429, com unhas e dentes, de uma maneira que serve de incentivo para todos nós. Então, precisamos reconhecer o quanto Vossa Excelência, ao longo desses anos, quanto o Deputado Lebrão, ao longo desses anos, tem contribuído para o desenvolvimento daquela região. É uma ação importante como essa que Vossa Excelência já vem a alguns anos trabalhando.

Hoje pela manhã, nós estávamos no Gabinete da Presidência, chegou um pecuarista, sabendo, tendo a informação dessa ação feita também pela Assembleia Legislativa, pelo Governo do Estado, dizendo que ele quer ir porque ele sabe como é importante, ele entende que o mercado boliviano pode ser importante demais para a questão da pecuária brasileira, tudo aquilo que produzimos aqui, dentre outras coisas. Então serve como exemplo. Eu quero dizer que Rondônia ganha com isso, é mais um mercado que passamos a ter, principalmente pela ação de um Deputado desta Casa aqui que é um dos Deputados, como eu disse, o mais experiente, é o nosso professor aqui.

Eu quero parabenizá-lo, Deputado Lebrão, e dizer que pode ter certeza que todas as ações nossas, que estão chegando aqui, principalmente eu, nesse primeiro ano... às vezes brinco com Vossa Excelência, mas eu tenho como um grande exemplo nesta Casa aqui.

Parabéns, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Agradeço o aparte também e dizer que é mérito da Assembleia Legislativa e de todos os Deputados que compõem este Parlamento, mas principalmente do Governador Confúcio Moura, através da equipe do Governo, a Assembleia Legislativa como um todo e só irão conhecer aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer esse Projeto no

momento de nós finalizarmos. Ai sim, nós vamos fazer valer essa diferença que está sendo feita através de um grande trabalho, respeitando a população do Estado de Rondônia e o que vale o cloreto de potássio, o cloreto de sódio, o fósforo, o sal, que são matérias importantes para a correção do nosso solo que é fraco. E hoje a Bolívia já está comprando o nosso calcário e o que nós queremos, sem dúvida nenhuma, é ampliar, criar esse corredor de exportação, esse corredor de importação também, através da Bolívia, que é muito importante para o Estado de Rondônia.

O Sr. Aécio da TV – Deputado, me permite um Aparte?

O SR. LEBRÃO - À vontade, Deputado.

O Sr. Aécio da TV – Deputado Lebrão, eu quero parabenizar Vossa Excelência por estar à frente desse Projeto, já não é a primeira vez, essa já será a segunda caravana para o Estado do Beni, para Trinidad. Quero parabenizar Vossa Excelência, a gente sabe que existe um potencial enorme para ser explorado com esse intercâmbio, essa integração Brasil/Bolívia via Costa Marques. Mas eu quero falar principalmente para os estudantes. Eu tenho uma filha que estuda em Cochabamba, não é tanto o caso, mas eu tenho primos e primas que estudam, que moram no interior do Estado, em Ji-Paraná, que estudam em Santa Cruz. E nós sabemos a dificuldade. Meus parentes, quando vão para Santa Cruz, passando de ônibus por Cáceres, San Matias, enfrentam grandes dificuldades, são vários... Chegam a ficar dois, três dias para chegar a Santa Cruz, com essa viagem. E nós sabemos que uma pessoa que está em Costa Marques, por exemplo, ali no Vale do Guaporé, ela vai economizar mais de 1.500 quilômetros passando por dentro.

Então, quero parabenizar Vossa Excelência, porque nós sabemos, eu, como estou envolvido diretamente, sei a quantidade de alunos hoje do interior do Estado de Rondônia que estuda em Santa Cruz. Santa Cruz tem 16 mil brasileiros estudantes; Cochabamba tem 7 mil, ao todo, entre Cochabamba e Santa Cruz, Deputado Airton, são 23 mil brasileiros. E o povo do nosso Estado, talvez, seja um dos dados que mais tem alunos estudando na Bolívia, e nós sabemos o quanto vão ser beneficiados os pais, as famílias, os alunos que estudam, principalmente em Santa Cruz, com a interligação dessa, da nossa BR ali, da nossa 429 através de Costa Marques com Trinidad, já que de Trinidad à Santa Cruz é pavimentado. Parabéns pela iniciativa, conte com o nosso apoio, vou fazer parte mais uma vez porque eu acho extremamente importante para o nosso Estado.

Parabéns.

O SR. LEBRÃO – Obrigado, Deputado Aécio.

Eu peço que todos os Apartes sejam incluídos no nosso discurso. Felizmente nós temos agora a Bolívia ingressada no Mercosul, é da maior importância. Espero que o Governo Federal brasileiro reconheça todos os estudantes nossos, brasileiros que estudaram na Bolívia e no Programa Mais Médicos, mais próximo para que a gente possa ter a oportunidade de ver isso incluso também nesse Programa que sem dúvida nenhuma,

no meu entendimento, foi o maior Programa que o PT fez em nível de Governo Federal.

E deixar um registro de agradecimento, estava esquecendo. Tive a grata satisfação de receber em minha casa, no último sábado, o Governador do Estado do Beni. Passou o dia em Costa Marques, em São Francisco, percorrendo a BR-429. Ficou satisfeito com a qualidade da nossa estrada e que nós teremos também uma equipe do Governo Federal, através do DNIT, uma propositura Deputado Laerte, também na 425, que vai fazer uma vistoria nessas obras e, sem dúvida nenhuma, nós teremos essas obras concluídas o mais rápido possível, já almejando essas integrações. A Ponte Binacional que será construída também ali em Guajará-Mirim, nós termos a união de Guajará-Mirim, através da ligação de São Joaquim, Costa Marques, uma estrada que já está licitada, já com ordem de serviço através do Governo Boliviano, da ordem de 154 milhões de dólares, que será da maior importância e sem dúvida nenhuma é muito importante para o Estado de Rondônia. O nosso Estado vive um momento especial.

O Sr. Dr. Neidson – Deputado, me concede um Aparte?

O SR. LEBRÃO - Ainda tenho um tempo. Deputado Dr. Neidson com a palavra.

O Sr. Dr. Neidson – É rapidinho. Só para colocar em pauta também essa propositura da visita ao DNIT. O Deputado Edson Martins, a minha pessoa, o Senador Valdir Raupp e a Deputada Marinha Raupp, que fomos a Brasília e cobramos, e o Deputado Laerte agora que está se colocando juntamente, fazendo essa solicitação na qual, na quinta-feira, vai fazer a visita lá na 429, e na sexta-feira, na 425.

O SR. LEBRÃO – Parabéns pela ação, parabéns pela ação Deputado Edson Martins, e também o Senador Raupp. A Deputada Marinha Raupp, sem dúvida nenhuma é a madrinha da BR 429, merece todo nosso respeito e sem dúvida nenhuma tem seu nome escrito na pavimentação, na história daquela região.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Lebrão. Parabéns aí pela grande propositura da Audiência Pública, e hoje puxando aí à frente, liderando esse movimento. E com certeza será de muita importância para o fortalecimento do intercâmbio comercial Brasil/Bolívia, nessa caravana na próxima semana.

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao ilustre Deputado Laerte Gomes, por vinte minutos com aparte. Só registrar a presença do Ex-Prefeito, meu colega na época. Oito anos a gente juntos de Costa Marques, o Élio Dias, que está ali.

Muito obrigado, meu amigo Élio.

Com a palavra o ilustre Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, público aqui presente, aos amigos que estão em casa, estão nos assistindo através da internet, da TV

Assembleia. Eu estive, Senhor Presidente, andando, Deputado Adelino, eu estive andando em muitos municípios essa semana, Deputado Ezequiel. E tenho visto muitas reclamações na questão dessas blitz que o DETRAN vem fazendo nos municípios de Rondônia. No município de Alvorada d'Oeste ficaram três dias, toda hora mudando de esquina. Não sei se nos outros municípios é assim, mas todos falam isso. E eu não sei, verdadeiramente, o motivo dessa onda de blitz, Deputado Lebrão, que o DETRAN tem feito principalmente no último mês. Não sei se é por que está se aproximando final de ano e tem que pagar 13º e pagar outras coisas, e está sem dinheiro e querem pagar isso as custas do cidadão, Deputada Lúcia, ou o que é? Eu entendo que as blitz, e não estou aqui falando de Lei Seca, porque eu também defendo, eu entendo que essas blitz poderiam, e o DETRAN muito pouco faz, blitz pedagógicas, de orientação. Mas fazem as blitz para multar mesmo. O cidadão vem lá da Linha em São Francisco, lá do Porto do Murtinho, Deputado Lebrão, às vezes vem com um retrovisor diferente do outro, ou com chinelo no pé, e dá-lhe, multa, dá-lhe multa, e dá-lhe o Estado arrecadar, e dá-lhe o DETRAN arrecadar, e dá-lhe o povo, mais uma vez, pagar a conta. Então, eu me preocupo muito porque chega aqui e tem, agora, o DETRAN, acho que 08 milhões, não sei se é para remanejar ou excesso de arrecadação, e o que se faz com todo esse dinheiro que se arrecada no DETRAN? Então, eu até vou propor nós convidarmos aqui, o Diretor Geral do DETRAN, seu Albuquerque, Deputado Cleiton Roque, que se mostra uma pessoa séria, não conheço bem, mas deve ser, para explicar isso para nós. Ele tem que explicar isso, tem que vir aqui e explicar. E o pior, Deputado Hermínio Coelho, o pior quando faz as blitz, além da caminhoneta do DETRAN, ainda vai o Policial Militar, tirando os policiais da rua Deputado Jesuíno, que podiam estar combatendo crime, para levar para multar cidadão de bem. E nós temos que falar, muita gente tem medo de falar isso. Nós não podemos ter medo. O DETRAN é um órgão do Governo, tem que ser falado a verdade. Então, eu acho que é necessário esta Casa, Deputado Jesuíno, é necessário esta Casa se pronunciar sobre isso. É necessário, porque é nos 52 municípios de Rondônia. E quem é o paracheque que o povo cobra e dá o dedo na cara lá na ponta? Somos nós quando chegamos no município: 'você não estão fazendo nada?' Então, eu acho que seria interessante nós propormos aqui, convidar o nosso Diretor do DETRAN, o Dr. Albuquerque, para vir aqui dar explicações sobre essa onda nos últimos meses de blitz, multando todo mundo aqui no nosso Estado de Rondônia.

A Sra. Lúcia Tereza – Um Aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Deputada Lúcia.

A Sra. Lúcia Tereza – Deputado, gostaria que Vossa Excelência deixasse bem claro, porque já houve dúvida na minha cabeça, e mais pessoas que ouvirão o seu discurso poderão pensar diferentemente. Por isso eu estou lhe dando uma sugestão, o senhor não é contra a multa de quem está bêbado no volante.

O SR. LAERTE GOMES – Não, eu disse aqui que Lei Seca eu concordo. Eu estou falando de multas, de blitz o dia inteiro,

mudando de esquina para esquina, parece que estão atrás do cidadão para pegar o cidadão para multar, para arrecadar. Isso eu não posso concordar de forma nenhuma. Agora, a blitz quem bebeu e dirigiu, que pague, que sofra as consequências. Agora, a blitz de esquina em esquina, igual ficaram no meu município de Alvorada, 03 dias multando. Não se pode concordar com isso.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Um aparte Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Jesuíno.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Boa colocação, Deputado Laerte. Isso é notório, que em Porto Velho a Polícia Militar não está com convênio ou está, está sendo usada realmente para atividade fim. Mas todos os dias na Mamoré, em alguns pontos você vê dois agentes do DETRAN e da Prefeitura multando, realmente é uma indústria da multa e deve ser apurada. Isso é uma falta de respeito com o contribuinte que já tem uma sobrecarga de tributos, ainda tem que suportar essas autuações, que agora no município, agora o senhor trazendo essa informação que até nos municípios está tendo esta ação por parte da Polícia Militar que já não tem efetivo, é uma coisa alarmante. O IPVA, ou seja, as multas e o IPVA devem ser revertidos para os municípios. Parte dela deve ser revertida no asfalto, em melhorias da sinalização e uma série de coisas. Mas o que nós vimos, infelizmente, Deputado Airton, final do ano é uma forma de prever a situação do 13º. A outra coisa que eu quero também aproveitar o ensejo. Tem uma Comissão formada por mim, o Deputado Cleiton e demais Comissões para tratar sobre a questão das placas. E até o presente momento não teve uma solução. Inclusive, o senhor faz parte também desta Comissão e o DETRAN insistiu em abrir uma nova Portaria e essas pessoas até hoje não têm segurança jurídica. Não tem que convidar, Deputado Laerte, tem que convocar e aí eu vou fazer questão de estar presente, não só eu, mas os demais Deputados, para cobrar realmente uma efetivação e uma ação energética por parte desta Casa. Não adianta meramente falar e não tomar uma atitude. Essas Portarias que o DETRAN faz, não só o DETRAN, mas todos os órgãos, têm que ser analisadas. Isso seria o acordo que nós iríamos fazer ao final das demandas daquela situação da Portaria das Placas e era para discutir isso. E eu vejo hoje que precisamos fazer um apuratório, e se for necessário, até ir ao DETRAN saber porque vocês colocam essas pessoas para autuar na época, no final do ano. Por que é que não mantêm isso? A fiscalização deve ser, isso é o Código de Trânsito.

O SR. LAERTE GOMES – Uma ação continuada, não é?

O Sr. Jesuíno Boabaid – É uma ação mais... Você vê, é perceptível, chegou o final do ano iniciam-se essas ações. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LAERTE GOMES – Bom, senhores Deputados, o Deputado Jesuíno muito bem colocou e aqui em Porto Velho, meu nobre Deputado Jesuíno, Vossa Excelência que tem feito um grande trabalho nesta Casa e o reconhecimento é público

da nossa população de Porto Velho. Aqui em Porto Velho parece que é pior, porque aqui é empresa municipal. Os guardas, Deputado Cleiton, ficam embaixo da árvore olhando e só multando. Até esses dias atrás, parece que tinha uma gratificação por multa, um percentual para os guardas, isso tudo a custa da população. O nosso povo não aguenta mais isso, Deputado Aécio. Isso precisa mudar, nós temos que ter responsabilidade. Então, eu acho o que Vossa Excelência muito bem colocou. Nós temos, eu acho que até nós podemos convidar o Dr. Albuquerque, porque sempre que se convida ele vem, ele nunca faltou. Convidar o Albuquerque para vir aqui, até porque ele precisa se explicar, ele precisa se explicar sobre o porquê de chegar o final do ano esse abuso de blitz nos municípios do Estado de Rondônia.

O Sr. Dr. Neidson – Um Aparte?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Dr. Neidson.

O Sr. Dr. Neidson – Deputado Laerte, temos também, eu tive muitas reclamações lá no município de Guajará-Mirim, sobre o horário que eram realizadas essas blitz. As pessoas lá, principalmente, não são contra a blitz, mas estavam realizando blitz em horários comerciais, no qual as pessoas estavam se deslocando para o trabalho e às vezes chegavam até tarde no trabalho tendo essas blitz aí dificultando sua chegada no trabalho. E com relação ao município, eles criaram uma lei do Executivo que estava dando uma gratificação bem maior, aumentar o salário dos guardas de trânsito, para quanto mais multa eles aplicassem, maior seria o salário. Então, está estimulando o guarda de trânsito a multar.

O SR. LAERTE GOMES - E nós somos a favor, nós somos a favor da educação no trânsito, somos a favor de que se faça a blitz. Nós podemos fazer um trabalho pedagógico, um trabalho de blitz educativa. Agora, não visando, Deputado Dr. Neidson, não visando arrecadação. O que está sendo feito agora, Deputado Aécio, é arrecadar, é notório, no final do ano. Então, Deputado Adelino, nós entendemos que nós precisamos realmente ir a fundo e ver o que está acontecendo no DETRAN para ter desencadeado essa onda de blitz nos últimos meses do ano.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado, me permite um Aparte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Cleiton.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Laerte, eu quero fazer uma menção referente a esse assunto que Vossa Excelência está abordando aí. Mais ou menos há uns 30 dias, não é a equipe do CIRETRAN local, lá do interior de Pimenta Bueno, é aquele grupo criado para combate, a Lei Seca que faz essas blitz de acordo, em todas as regiões, esse grupo é aqui de Porto Velho. Eles andaram, insistiram naquela região de Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão a ponto de num único local, próximo a um estabelecimento comercial, eles ficarem ali vários dias, ou seja, na sexta, no sábado, no domingo, na outra semana retornar para o mesmo ponto. O proprietário do empreendimento foi

culpar quem? Disse que em estava por traz disso, que éramos nós.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Cleiton Roque...

O Sr. Cleiton Roque – A gente apanhando sem merecer, isso é fato. Na mesma hora que chegou essa informação para mim, eu entrei em contato com o Governador, entrei em contato com o Chefe da Casa Civil e o Diretor Geral do DETRAN, Dr. Albuquerque. Falei que eu até entendo que tem que existir sim um trabalho nesse sentido e concordo plenamente. Primeiro um trabalho de conscientização, esse é o primeiro, e também um trabalho preventivo e também um trabalho, em último caso, porque a gente sabe que existe excesso. Se a gente pegar levantamento nos hospitais públicos, no João Paulo, no Regional, a maior ocupação dessas Unidades Hospitalares é por acidentes de trânsito. Então a gente também reconhece que tem excesso, porém não justifica você ficar numa esquina fazendo blitz ali. Enfim, na semana seguinte foi reunido aqui na Casa Civil, o Comando Geral da PM, o Diretor Geral do DETRAN e os órgãos interessados para tratar desse assunto, para coibir os excessos. Pois bem, na sexta-feira agora, Deputado Laerte, eu tive a informação que o mesmo grupo da Lei Seca, na mesma esquina próxima ao mesmo estabelecimento, e eu me senti assim, até um tratamento como vingança, para gente por ter... Olha só, eu concordo, já falei aqui, você pode alternar num município, você pode colocar ela em vários pontos, não só próxima a um estabelecimento comercial. O investimento nos vários segmentos que tem naquela estrutura ali ultrapassa os quatros milhões de reais feitos pelo empresário conceituado da cidade lá, e na minha avaliação não merece esse tratamento. Eu vejo que precisa sim, o Executivo coibir os excessos. Entendo ser importante um trabalho, primeiro educativo. E tem sim, no DETRAN, vários trabalhos educativos que é feito e tem que ser elogiado. Porém, também é preciso reconhecer que... não sei se o Diretor Geral do DETRAN conhece a fundo essa situação. Mas eu concordo com Vossa Excelência que em vários casos tem excesso sim. Eu agradeço pelo aparte, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Cleiton.

O Sr. Adelino Follador – Um Aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, o Deputado Adelino estava lá pedindo Aparte, mas...

O Sr. Adelino Follador – Deputado Laerte, para nós é um prazer, nós queremos dizer que hoje cedo mesmo o pessoal da Prefeitura estava multando todo mundo aqui perto do Centro Administrativo. E ali o estacionamento onde o pessoal entra, não tinha mais lugar. Aí, o pessoal que estava na rua, todo mundo estava sendo multado, porque estava esperando para entrar, aí diz não pode ficar ali, e não tem onde ficar. A pessoa que vai ali está aguardando uma vaga para entrar, ela não pode parar na beira da estrada, aí estavam multando todo mundo, a Prefeitura de Porto Velho. Então, é uma situação muito preocupante, aí você chega 'não pode aqui, não pode ali, não pode lá' e não tem sinalização do que pode, do que

não pode. E a Prefeitura ali é acostumada a fazer muitas notificações. Tem muita gente que esta pagando multa. Inclusive aqui na frente da Assembleia esses dias estavam multando. Então, parece que a Prefeitura de Porto Velho também tem uma fábrica de multa, criaram uma fábrica para poder arrecadar. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Adelino. O que Vossa Excelência falou, o caso de Porto Velho verdadeiramente, é uma fábrica de multas. A questão que o Deputado Cleiton muito bem colocou, Deputado Cleiton, são os excessos, são demais. Se tivesse um trabalho de blitz com critério, se tivesse um trabalho com constância o ano inteiro, fazendo um trabalho educativo, depois do educativo, fazer as multas, mas não, é no final do ano que se aprofunda. No final do ano que parece que todo mundo vai querer fazer blitz em tudo quanto é lugar e multar todo mundo para poder arrecadar, até porque deve ser pago no início do ano o IPVA.

Então, multa no final do ano e recebe no início do ano.

Sr. Presidente, além dessa situação, queria falar também, Sr. Presidente, o Deputado Lebrão já até colocou aqui um trabalho que vai ser feito aí na próxima quinta-feira, no dia 12 na região da BR 429. Um trabalho acho que de fundamental importância para a conclusão, um trabalho com vistas a conclusão das obras da BR 429, que é a questão das pontes, a questão das cabeceiras das pontes, e da questão dos asfaltos que não foram concluídos. A Deputada Federal Marinha Raupp solicitou, fez o Requerimento nº 114/2015, solicitando para que fosse realizada uma visita técnica com mesa redonda, nos municípios da BR 429, Deputado Dr. Neidson, e da BR 425 com vistas a essa Comissão da Câmara dos Deputados a estar olhando a situação da BR. Nós vamos ter presentes conosco, vão estar presentes conosco o Diretor Nacional de Infraestrutura e Transportes- DNIT, o Diretor Geral Sr. Valter Cassimiro Silveira; o Diretor da Agência Nacional de Terrestres, Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos; a Diretora Geral da Polícia Rodoviária Federal, Sra. Maria Alice Nascimento de Souza; membros da Bancada Federal, Senador Valdir Raupp, a Deputada Marinha Raupp confirmou. Não sei se o Senador Acir vai estar, mas vários Deputados Estaduais vão estar acompanhando, os Prefeitos da região da 429, da sua região, Deputado Dr. Neidson, de Guajará-Mirim.

O Sr. Dr. Neidson - Da 425.

O SR. LAERTE GOMES - Da 425. Nós vamos iniciar às 08 horas da manhã, Deputado Lebrão, no município de Alvorada d'Oeste, vamos estar lá, inclusive fizemos aqui um memorando em conjunto, Deputado Laerte Gomes, Deputado Lebrão, Deputado Edson Martins, Deputado Dr. Neidson. Vamos estar às 10 horas no município de São Miguel do Guaporé, às 12 horas no município de Seringueiras, às 15 horas no município de São Francisco, às 17 horas e 30 minutos, no município de São Domingos e às 19 horas e 30 horas, vamos encerrar com uma grande reunião no município de Costa Marques no dia 12, na quinta-feira. Na sexta-feira, eles vão se dirigir, essa mesma Comissão, à BR 425 com o nosso colega Deputado Dr. Neidson, não sei se alguns colegas vão, acredito que não. O Deputado

Lebrão não vai acompanhar e nem eu, porque nós temos os trabalhos da caravana liderada pelo Deputado Lebrão para o Departamento de Beni. Então, acho que vai ser muito importante podermos estar trazendo aqui o diretor da DNIT para ver se conclui de uma vez, se autoriza a conclusão, Deputado Lebrão, dos trechos que faltam ser pavimentados como Alvorada d'Oeste, no perímetro urbano, e outros municípios entre Seringueiras e o município de São Francisco e as pontes e os aterros das pontes, que tantas vidas já foram ceifadas ali, quantas vidas já se perderam ali naquelas pontes. Então, a gente espera e nós teremos oportunidade agora, tanto nós parlamentares, como a população vai ter a oportunidade de cobrar o Diretor Nacional do DNIT que é o responsável por essa obra, juntamente com os Parlamentares Federais e a nós também Deputados Estaduais.

O Sr. Dr. Neidson - Um Aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES - Deputado Dr. Neidson, com a palavra.

O Sr. Dr. Neidson - Para complementar, estava também o Senador Valdir Raupp na reunião que tivemos em Brasília, e o Deputado Edson Martins, e foi pedido a visita também na BR 364 naquele trecho de Pimenta Bueno até Ouro Preto, que é um dos trechos mais críticos, principalmente Jarú a Ouro Preto, não é verdade, Deputado Edson? Então, já estava marcada para o dia 5, 6 e 7 deste mês, mas aí por questões da agenda do Diretor Geral do DNIT já foi remarçada agora, e sexta-feira, às 09 horas, eles vão fazer uma visita em Guajará-Mirim, no porto oficial. Depois às 09 horas e 30 minutos vão se reunir em frente a UNIR, de lá a gente vai percorrer a BR, vamos estar às 11 horas lá em Nova Mamoré e às 15 horas na Ponta do Abunã.

Só para complementar.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Dr. Neidson.

O Sr. Hermínio Coelho - Um Aparte Deputado?

O SR. LAERTE GOMES - Pois não, Deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho - Deputado Laerte, eu tenho a maior consideração e respeito por Vossa Excelência, mas queria discordar de Vossa Excelência quando fala da direção e de alguns trabalhos que o DETRAN vem fazendo. Primeiro, se eu estivesse fazendo alguma coisa errada no trânsito ou em qualquer lugar eu teria medo de blitz e de Polícia, mas se eu não tiver fazendo nada errado eu acho é bom. Eu fico triste quando eu vou daqui, cruzo, Deputado Airton, o Estado de Rondônia daqui para Vilhena nem a Polícia Rodoviária de Rondônia para a gente. Se eu quisesse levar cocaína, levar coisa errada deste Estado para fora levava, nunca me pararam. Você chega ao Acre, toda barreira você é parado. É como eu falei, nós, as pessoas de bem não têm medo de blitz. Agora, aqui em Rondônia... é por isso que essa terra aqui não tem respeito nenhum, porque aqui há poucos dias atrás, parece que era um projeto de Vossa Excelência para não pagar multa, para proteger os ruins.

O SR. LAERTE GOMES - Não, Vossa Excelência está enganado, não era para não pagar multa.

O Sr. Hermínio Coelho - É lógico, que se tiver abuso, se tiver abuso de autoridade temos que combater, mas a gente não pode criticar. Eu queria ver a Polícia Militar de Rondônia, a Polícia Rodoviária, queria ver o DETRAN fazendo blitz para poder manter a ordem, e com certeza essas blitz, Deputado Lebrão, trazem resultados, trazem resultado e muito. Por isso, Deputado Laerte, se tiver abuso da parte de alguém do DETRAN nesse tipo de coisa, mas falar só por... Porque eu tenho hoje, eu tenho hoje não, desde a época em que o Deputado Airton estava lá, que o Deputado Airton era o Diretor lá, eu tenho um respeito grande, para mim, o menino, o Albuquerque, até que me prove o contrário é um homem de bem, é um homem bem intencionado, está com uma boa equipe, é uma boa equipe a própria Procuradoria do DETRAN. Por isso, Deputado Airton, eu não quero... eu acho que nós devemos ter muito cuidado, Deputado Laerte, na hora de... porque parece que aqui não pode fazer nada, quando tenta fazer alguma coisa não pode fazer. E nós, de Rondônia, estamos mal acostumados, e parece que gostamos de ser fora da lei mesmo. Por isso que eu digo, as pessoas de bem não são contra blitz em canto nenhum. Eu defendo blitz, mas é lógico que se tiver abuso de autoridade e se tiver coisa para poder... mas quem não deve, não teme, quem não deve não teme. Por isso que eu acho que Rondônia precisa, nós precisamos trabalhar mais nesse sentido, porque principalmente Guajará-Mirim, todo mundo sabe que Guajará-Mirim é uma rota de contrabando de tráfico de tudo. Precisa sim de blitz de vez em quando.

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência Deputado Hermínio, com certeza não vai ser preso com droga porque Vossa Excelência não é traficante. Então, Vossa Excelência pode viajar quantas vezes quiser tranquilo que não vai ter problema. Quanto as blitz, Deputado Hermínio, eu acho que Vossa Excelência estava conversando aqui com os Deputados e não percebeu o que eu quis dizer. Eu não sou contra as blitz, desde que elas sejam ações continuadas. Eu sou contra chegar em novembro e dezembro e ficar três, quatro dias em um lugar, quando não houve o ano inteiro, e de repente fica multando todo mundo, correndo atrás, caçando as pessoas de bem. E são trabalhadores que muitas vezes esqueceram os documentos e ao invés de mandar buscar, não, multa. Parece que preferem multar, preferem fazer a multa para aumentar arrecadação, para tirar do bolso do cidadão para levar para os cofres do DETRAN. Ninguém está aqui também, Deputado Hermínio, dizendo do caráter do Diretor do DETRAN. Eu estou defendendo o que a população tem cobrado de mim, e esse é o meu papel como Parlamentar, defender a população. E Vossa Excelência falou que eu apresentei um Projeto aqui para não pagar multa, Vossa Excelência está enganado. O Projeto que eu apresentei aqui é de conformidade com Constituição Federal que diz da proibição de apreender um bem como forma de cobrar tributo, está no artigo 150. E até o dia que votou esse Projeto aqui eu fui até o pessoal, lógico, com todo respeito, até falou: 'um projeto desses é inconstitucional, o projeto tem constitucionalidade?' Pois bem, em 10 Estados do Brasil, a

Justiça Federal já está proibindo de prender veículo que está com IPVA atrasado. Então, o projeto não era inconstitucional.

Com certeza aqui em Rondônia também vão entrar na Justiça e vão ganhar.

O Sr. Ezequiel Júnior – Permita-me um Aparte, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado meu líder Ezequiel Júnior.

O Sr. Ezequiel Júnior – Deputado Laerte, quero parabenizar Vossa Excelência por um tema tão importante sendo abordado, importante e oportuno. Dias atrás, inclusive, em cidade do interior é comum quando acontecem algumas coisas, alguns desmandos, alguns problemas que desagradam à população, o Deputado é o primeiro a ser cobrado. Principalmente eu que sou um Deputado bem acessível, eu estou sempre nas ruas, estou nas reuniões das associações. E até algumas semanas atrás, a população de Machadinho d'Oeste, de Cujubim e Vale do Anari, estavam revoltadas, a população revoltada com a implementação dessa blitz repressiva lá no município. Não sou contra até a prisão de pessoas que são flagradas embriagadas ao volante, porque quantas vidas de pessoas de bem, de inocentes, de crianças são ceifadas por um irresponsável embriagado no volante ou guidão de uma moto. Agora, eu sou contra também, como o senhor, contra os excessos. Por exemplo, se fazer blitz em plena 10 horas da manhã, no comércio, em frente ao comércio mais movimentado de Machadinho, em frente ao Banco do Brasil, cobrando capacete vencido.

O SR. LAERTE GOMES – Retrovisor diferente do outro...

O Sr. Ezequiel Júnior – O Policial colocando o dedo no lacre da moto e o lacre velho, já antigo, arrebitando, multando o cidadão por aquilo. Multando quem, o baderneiro? Não. O baderneiro 10 horas da manhã...

O SR. LAERTE GOMES – Ele está dormindo.

O Sr. Ezequiel Júnior – Ele está dormindo, ele está em casa dormindo. Está pegando quem? É o produtor rural, é aquele que foi na cidade para fazer uma compra.

O SR. LAERTE GOMES – É o trabalhador.

O Sr. Ezequiel Júnior – É o trabalhador. Ele não está pegando o baderneiro fora da Lei. Então, contra esses excessos é que a gente tem que realmente se posicionar.

Dias atrás eu fui convidado para uma reunião na Casa Civil com o Diretor Geral do DETRAN no Estado, e tivemos também a presença do responsável pela Polícia Militar, que eu não recordo o nome neste momento, que acompanha os fiscais do DETRAN. E na realidade a maioria dos excessos estava sendo cometido não era nem por servidores do DETRAN, por Policiais que acompanhavam os fiscais do DETRAN. E graças a Deus esse serviço parou lá em Machadinho e depois disso foi blitz educativa, que é o que a população precisa.

O SR. LAERTE GOMES – E é isso que nós queremos para as pessoas de bem. E Vossa Excelência, como anda no meio da população, Vossa Excelência ouve as reclamações e por isso está trazendo o que verdadeiramente as pessoas de bem estão sentindo.

O Sr. Airton Gurgacz – Permita-me um Aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Airton.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado Laerte, eu quero esclarecer, por exemplo, que enquanto eu estive Diretor, a gente montou uma grande Escola de Trânsito, a Educação de Trânsito e isso também, o Doutor Albuquerque tem feito. E agora na nossa reforma, foi até feita uma Diretoria para se investir muito em prevenção de acidentes. O grande problema das blitz... que vemos é que tem que ter essa questão da educação no trânsito. Se observarmos, os hospitais do nosso Estado e do nosso país estão lotados por pessoas que sofreram acidentes de trânsito. Vossa Excelência pode chegar em qualquer hospital aqui da nossa capital, está aqui o Deputado Dr. Neidson que conhece da área da Saúde, todos os hospitais estão cheios de pessoas mutiladas, pessoas quebradas e, às vezes, quando uma pessoa que tem qualquer doença, Deputado Dr. Neidson, ele chega e não tem vaga porque está com excesso, cheio de pessoas que sofreram acidentes de trânsito. Então, Vossa Excelência sabe, lá em Ji-Paraná, a grande quantidade de acidente que nós temos de motocicletas. Então, essas blitz, são necessárias, mas claro, precisamos ter educação. E aqui no Estado também, nós temos uma Companhia de Trânsito, não é nem a Polícia, Batalhão da Polícia Militar que acompanha o pessoal do DETRAN, é o pessoal da Companhia Estadual de Trânsito que fica aqui no centro da cidade, é uma companhia antiga, que faz esse acompanhamento. Às vezes pode até ter policiais... também eu já ouvi muitas reclamações.

O SR. LAERTE GOMES – É, no interior tem muito Deputado, em cidades menores o policial acompanha.

O Sr. Airton Gurgacz – A questão dos excessos, dos excessos. Então, é assim, a preocupação nossa quando estivemos lá, e a preocupação do Albuquerque eu acho que também é a mesma, é diminuir a quantidade de acidentes para que possamos diminuir a quantidade de perdas de vidas e mutilações de companheiros nossos, amigos, familiares. Essa é uma das grandes preocupações, mas às vezes pode ter ocorrido e às vezes os policiais militares podem ter até feito algumas ações incorretas. Mas chamar o Dr. Albuquerque aqui, eu acho que é bem oportuno para que ele venha dar os seus esclarecimentos a respeito dessas ações, está bom?

Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Com certeza, vamos convidá-lo. E eu concordo com Vossa Excelência, nós não queremos mutilações, nós não queremos hospitais cheios, agora não queremos abusos também. Como o Deputado muito bem disse, se é um retrovisor diferente do outro, multa, é um negócio, um lacrezinho, multa. O problema são os excessos, e nós temos que acabar com os

excessos. E outra coisa, há esse planejamento do DETRAN que isso ocorra o ano inteiro planejado, não chegar ao final do ano ir para uma cidade pequena ficar três dias, ir para outra ficar três, quatro dias. Isso afugenta, isso prejudica o município, prejudica o comércio, como o Deputado Cleiton falou, fica na frente do comércio dois dias, matou o comércio do cidadão. São esses abusos que nós estamos denunciando e nós queremos, com certeza, que o Dr. Albuquerque venha aqui explicar. E também o Dr. Albuquerque, sabendo disso vai cobrar explicações de quem está fazendo isso, Deputado Cleiton. Porque eu tenho certeza que ele também não concorda e não aceita isso. Então, eu queria aqui agradecer, Sr. Presidente, o tempo que me passou, o Deputado Herminio Coelho pegou quase o meu tempo inteiro, discordando de mim, mas eu o respeito muito pela amizade que nós temos, mas eu acho que isso é uma reclamação do Estado de Rondônia todo, principalmente, dos municípios do interior.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Às 19 horas e 15 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu acho que todos já falaram. Vamos votar que o pessoal do Bairro Universitário está esperando.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposituras recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIA

- ATO Nº 023/15-P/ALE, cancela a realização das Sessões Ordinárias dos dias 17 e 18 de novembro de 2015 e das reuniões de Comissões.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições regimentais,

Resolve:

Art. 1º - Cancelar a realização das Sessões Ordinárias dos dias 17 e 18 de novembro de 2015, bem como das reuniões de Comissões Permanentes alusivas a mesma semana dos dias acima referidos, em razão da viagem dos senhores Deputados à cidade de Trinidad – Província de Beni/Bolívia, para participar do Encontro de Parlamentares da Integração Binacional entre Rondônia-Brasil e Beni-Bolívia, que realizar-se-á no período de 15 a 19 de novembro.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência, 10 de novembro de 2015. Deputado Maurão de Carvalho – Presidente – ALE/RO.

- **PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA** - Altera dispositivo da Resolução nº 318, de 22/10/15.

- **PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETOR** - Dispõe sobre a cedência do Salão Nobre da Assembleia Legislativa para realização de velório em caso de falecimento de Deputado ou Ex-Deputado e pagamento de despesa funeral.

- **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO** - Revoga o Art. 64 da Constituição Estadual do Estado.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL** - Requer nos termos do Artigo 235, alínea f, § 1º do Regimento Interno, seja reconhecida, por deliberação do Plenário, a urgência na Mensagem do Poder Executivo nº 224/15, bem como seja a mesma incluída na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 10/11/15.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**. Cópia para a imprensa, requer nos termos do Artigo 235, alínea f, § 1º do Regimento Interno, seja reconhecida, por deliberação do Plenário, a urgência na Mensagem do Poder Executivo nº 224/15, bem como seja a mesma incluída na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 10/11/2015.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON** - Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, pedido de informações sobre o Reordenamento da Escola Estadual de Ensino Fundamental Almirante Tamandaré em Guajará-Mirim, uma parceria realizada entre o Estado e o Município, através do Decreto nº 20.070, de 24 de agosto de 2015.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES** - Requer à Mesa Diretora, na forma Regimental “Voto de Louvor” para o Pastor José Pocidônio Aparecido da Silva, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de Ouro Preto do Oeste.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES** - Requer à Mesa Diretora na forma Regimental, a realização de Audiência Pública no dia 30 de novembro de 2015, às 09 horas no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre as “Cláusulas Abusivas Contra os Consumidores do Estado de Rondônia.”

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO** - Requer Voto de Pesar aos familiares da sua funcionária Léia Júlio Martins Gomes, pelo seu falecimento ocorrido no dia 31 de outubro de 2015.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** - Requer Audiência Pública para o dia 23 de novembro de 2015 à 9 horas, para discutir e analisar a demanda de equipamentos públicos e privados aos moradores do empreendimento Bairro Novo.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO Dr. NEIDSON** - Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, destinada a conhecer, acompanhar e promover estudos que viabilizem a criação de políticas públicas às comunidades indígenas

residentes na área geográfica do Estado de Rondônia, e atribuir atenção especial aos povos indígenas Cinta Larga.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Leopoldo de Bulhões, entre as Ruas Silvania e Pernambuco, no Bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Francisco Barros, entre as Ruas Daniela e Bom Jardim, no Bairro Aponiã, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Borges de Medeiros, entre as Ruas União e Ramiro Barcelo, no Bairro Mariana, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Governo do Estado c/c a SEDUC, da necessidade de reforma na Escola Monteiro Lobato, localizada no Distrito de Terra Boa, pertencente ao município de Alvorada d'Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Governo do Estado c/c à Superintendência Estadual de Turismo – SETUR, da necessidade de propor políticas voltadas para incentivo do turismo no Estado, inclusive, especialmente, o Turismo Rural.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Governo do Estado c/c à SEAGRI da necessidade de ser instituída a Feira de Agricultura Familiar como importante instrumento em defesa dos agricultores familiares no Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Ilmo. Superintendente da Secretaria de Esporte, da Cultura e do Lazer – SECEL, da necessidade de serem implantadas na área rural, academia ao ar livre.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Governo do Estado c/c a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, da necessidade de construção de um refeitório e quadra poliesportiva na Escola Estadual de Ensino Fundamental 13 de Maio, localizada na cidade de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Governo do Estado, que assegure uniformidade nas ações de vistorias realizadas para emissão do certificado de funcionamento das agroindústrias do Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO** - Indica ao Governo do Estado c/c à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI,

da necessidade de ser viabilizada, através dos órgãos competentes, capacitação jurídica e contábil às entidades do 3º setor dentro do Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR - Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o Desenvolvimento de Estradas e Rodagens e Transportes – DER, a necessidade de pavimentação de 5(cinco) km na RO 133, trecho da Máquina Garoto até o Laticínio Beira Ri, no Município de Machadinho d'Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON - Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte (DER/RO), a necessidade em realizar a manutenção das Estradas Vicinais do Bom Sossego e Palheta em Guajará-Mirim, com escopo de colocar o encascalhamento e patrolamento das referidas vias.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV - Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Av. Calama, Bairro Planalto, nesta capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS - Indica ao Governador do Estado de Rondônia a realização do asfaltamento da Rua Primo Amaral, Setor 3, na cidade de Buritis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES E DEPUTADO LEBRÃO - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de patrolamento na Rodovia Mário Nonato, que liga o município de Costa Marques ao Distrito de Real Forte Príncipe da Beira.

Lidas as Matérias, Senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, só uma Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu não sei como é que está o Projeto do Bairro Universitário, eu pediria que fosse invertida a Pauta e colocar o projeto deles para votação, até porque eles estão aqui aguardando. Então, eu pediria só para colocar em Pauta.

O SR. MAURÃO DE CARVAHO (Presidente) – Vamos inverter a Pauta para pôr em primeiro lugar. O Projeto que atende aqui o pessoal do Bairro Universitário, vamos inverter a Pauta, e colocá-lo em primeira votação.

O Projeto está com pedido de vista do Deputado Laerte.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Laerte que pudesse botar este projeto em pauta. O pessoal é lá do Bairro Universitário, eles já tiveram uma grande conquista, eu estive acompanhando com o Deputado Jesuíno, o Deputado Hermínio, nós, eu sempre falei que nem eu acreditava que dava certo. Eu acreditei no primeiro momento, que era o Padre Eduardo que

chegou lá na Casa Civil, no Palácio do Governo e o Padre Eduardo falou assim: “Deputado, nós achamos uma saída”. Eu falei: que saída? Ele falou: “não, as Emendas dos Deputados para o próximo ano”. Isso aí é a mesma coisa, na hora eu falei, isso é a mesma coisa que comprar café na folha. Eu que comprei café por 10 anos, e às vezes nós comprávamos café do produtor para o próximo ano. O café na folha, compra bem mais barato e você compra para o próximo ano, o cliente teu que é o produtor... Eu pensei, mas é o Padre Eduardo que está pedindo, é uma pessoa que tem uma grande credibilidade, eu vou dar atenção. Voltei, em consideração ao Padre Eduardo, e falei com o Governador: ‘Governador, nós precisamos resolver a situação do Bairro Universitário. Os Deputados não têm Emenda, estão dispostos a colocar Emenda, Deputado Ezequiel, só que as Emendas futuras que nós vamos aprovar esse ano para o próximo ano. Então, nós queremos esse crédito’. “É, mais não tem o dinheiro”. Eu falei: ‘Aí não é problema, se o senhor arrumar o orçamento, o caixa, o dinheiro nós temos, nós emprestamos o dinheiro, usamos o teu orçamento e o próximo ano nós pegamos esse crédito que é o orçamento para atender o pessoal do Bairro Universitário’. Estou contando aqui do Universitário, eu estou falando, Deputado Hermínio, o que aconteceu no dia que o Padre Eduardo foi com a proposta do Deputado Jesuíno e a proposta do Deputado Hermínio, ainda mais dois Deputados, considerado da oposição. Então, foi muita fé para poder dar certo, Deputado Cleiton. Então, eu quero agradecer mesmo ao Governo do Estado que entendeu a necessidade de cada um de vocês do Bairro Universitário. Mas eu tenho certeza absoluta, que isso não foi um convencimento da nossa parte, do Padre Eduardo, do Deputado Hermínio, nem do Deputado Jesuíno, mas sim do Maior, que está lá de cima e esteve no controle. E com certeza que a cada um de vocês que estava na sua casa, por muitas vezes derramaram lágrimas, choraram pedindo misericórdia para que Deus pudesse resolver, colocar uma saída e que trabalhasse no meio das autoridades, que pudesse mostrar uma saída. Com certeza muitos de vocês fizeram isso, e Ele com certeza, ouviu o pedido e o clamor de vocês. Isso fez com que desse tão certo, juntando oposição, situação, Emenda do futuro e toda essa conjuntura com o Judiciário, com a Defensoria Pública, todas essas autoridades se convenceram em resolver de uma vez a situação de cada um de vocês do Bairro Universitário. Então, o projeto já está aqui, é uma realidade, nós vamos votar dois milhões, setecentos e noventa, e o recurso, assim que aprovar... amanhã eu já vou homologar e indo para o Governador sancionar e já vai estar apto para que o Governo possa pagar o proprietário desta área. Ele vai receber e vocês vão ser donos de verdade da sua propriedade. Então, nós vamos votar aqui, na verdade, nós fizemos, o Deputado Jesuíno colocou um milhão, não é isso, Deputado Jesuíno? Quinhentos mil, o Deputado Hermínio colocou, um milhão do Deputado Jesuíno, o Deputado Hermínio colocou mais quinhentos e o restante nós completamos, nós vamos dar um jeito entre nós aqui. É das nossas Emendas que vai fechar os dois milhões setecentos e noventa. Esse foi o acordo que nós fizemos com o Governador. Então nós temos que agradecer ao Governo por dar esse crédito a vocês, a vocês do Bairro Universitário, atendendo o nosso pedido, o pedido desta Casa. E, portanto, foi uma grande vitória, e como

eu já disse, que não foi de nós, foi de vocês, mas realmente de quem vocês buscaram, intercederam que com certeza Ele fez com que todos nós fossemos convencidos. Era isso.

Então, Deputado Laerte Gomes, peço a Vossa Excelência, se puder, que coloque o Projeto em Pauta e nós vamos colocar já em primeira, para ser lida, em votação para que a gente já libere essas pessoas que estão aqui esperando desde manhã para que aprovemos esse Projeto que faz parte da vida deles.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, primeiro ressaltar as suas palavras, que são sábias, e o seu esforço para que esse sonho dessas pessoas que estão aqui juntamente com os Deputados, principalmente em especial o Deputado Jesuíno Boabaid, e Deputado Hermínio Coelho que encabeçaram esse Projeto, colocaram as suas Emendas Parlamentares e temos que reconhecer isso, reconhecer os colegas. Eu pedi vista desse Projeto na Sessão da semana passada porque é um Projeto, o valor é de dois milhões setecentos e noventa, mas o valor dele, é de vinte e nove milhões e duzentos e doze. Chegou aqui em cima da hora e nós teríamos que analisar o que estaria aqui. Apanhei, apanhei, porque eu não sei se alguém das EFAs aqui... tem nossos companheiros das Escolas Agrícolas, porque disse que não iam pagar as escolas porque eu ia pedir vista. Hoje, eu me reuni com eles e mostrei que têm duas escolas para pagar, aqui eu acho que é setecentos, oitocentos mil de EFA. Mas só para a educação é vinte milhões, então não seria por causa disso. Então, colocaram aqui no meio e esse remanejamento desse valor... Dizer, senhor Presidente, que o meu prazo de vista vence dia 24 pelo Regimento desta Casa, mas hoje na parte da manhã eu conversei com o Deputado Jesuíno, conversei muito, Deputado Cleiton, com o Deputado Jesuíno, conversei com o Deputado Hermínio, eles me solicitaram, conversei com os diretores das EFAs, aqui com as famílias, me solicitaram, com a Secretária de Educação, a Deputada Lúcia participou, e o pedido de Vossa Excelência também, que para mim pesa muito. Então, eu estou devolvendo esse Projeto para ser votado com a consciência tranquila que eu exerci o meu papel de Parlamentar. Mesmo, Deputado Luizinho, o que nós falamos ali, alguns atacaram porque eu fiz isso com mentiras, mas o papel do Deputado é esse, quando precisar, Vossa Excelência como líder sabe disso, quando precisar e tiver dúvida, eu vou pedir quantas vezes for preciso. Mas eu estou devolvendo aqui, Deputado Jesuíno. O compromisso que nós fizemos está aqui.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte por entender a importância do Projeto.

Eu solicito ao Deputado Lebrão, 1º Secretário desta Casa, eu acho que têm dois, ou três Requerimentos para ler, e assim que acabarem os Requerimentos, que leia o Projeto e nós coloquemos em Pauta para votação.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL - Requer nos termos do Artigo 235 alínea f, parágrafo 1º do Regimento Interno, que seja reconhecida por deliberação do Plenário, a urgência na Mensagem do Poder Executivo 224/2015, bem como seja a mesma incluída na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 10/11/2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Luizinho Goebel. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON - Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial destinada a conhecer, acompanhar e promover estudo que viabilizem a criação de políticas públicas às comunidades indígenas residentes na área geográfica do Estado de Rondônia, e atribuir atenção especial aos povos indígenas Cinta Larga.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Dr. Neidson. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Requer a Audiência Pública para o dia 23 de novembro de 2015, às 9 horas, para discutir e analisar a demanda de equipamentos públicos e privados aos moradores de empreendimento Bairro Novo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO - Requer Voto de Pesar aos familiares da sua funcionária Léia Júlio Martins Gomes, pelo seu falecimento ocorrido no dia 31 de outubro de 2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Ribamar Araújo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MAORES - Requer à Mesa Diretora, na forma Regimental, a realização de Audiência Pública no dia 30 de novembro de 2015, às 09 horas, no plenário desta Casa de Leis, para debater sobre as "Cláusulas Abusivas Contra os Consumidores do Estado de Rondônia".

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES - Requer à Mesa Diretora, na forma Regimental, Voto de Louvor para o Pastor José Pocidônio Aparecida da Silva, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Ouro Preto do Oeste.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

A próxima Matéria é o Projeto de Lei 198 que atende o pessoal do bairro Universitário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 198/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 207 - Autoriza o Poder Executivo crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 29.212.539,00 em favor das Unidades Orçamentárias, DER, SEDUC, SEJUCEL, FHEMERON, SEDAM, IPEM, SEJUS, SEAS, SEAE e MP.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O Projeto de Lei de R\$ 29.212.539,00 já está com Parecer do Deputado Marcelino Tenório.

Em discussão e votação o Parecer favorável do Deputado Marcelino Tenório. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Parecer.

Em primeira discussão o Projeto.

Para discutir o Projeto, Deputado Herminio e depois Deputado Jesuíno.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Este é o Projeto que está incluído os dois milhões setecentos e noventa da desapropriação? Eu não posso deixar de falar e reconhecer algumas coisas nessa situação. Primeiro, é lógico que a gente tem que agradecer a Deus, mas se a gente não se mexer, Deus não resolve tudo não. A gente tem que se mexer para Deus poder ajudar. E aqui, a primeira coisa, aqui na Assembleia, o primeiro Deputado que tem que, não só por essa situação, mas por todas, a participação que o Deputado Jesuíno faz no mandato aqui na Assembleia, Deputado Jesuíno, é muito boa. Vossa Excelência está envolvido com todos os problemas, principalmente os que chegam ao seu gabinete. E Vossa Excelência faz de uma forma limpa, de uma forma sem politicagem, inclusive, estava defendendo um povo que o senhor não sabia nem onde ficava. Depois, para nós encontrar o bairro lá, foi o maior trabalho porque o Deputado Jesuíno não sabia onde era. E dizer, Deputado Jesuíno, que o povo, esse povo bateu em muitas

portas e não achou nem esperança e quando bateu na porta do seu gabinete acharam esperança. Ai depois que você passa a ter pelo menos esperança, e através de Vossa Excelência e do povo lá do bairro, a comunidade que correu atrás, que lutou, as coisas começaram a andar. A minha participação mesmo muito pequena, minha participação foi muito pequena, mas o que eu quero dizer com isso? Naquela semana o Deputado Jesuíno tinha entrado com um pedido aqui contra o Governo, fazendo o papel dele, e jamais na minha vida, eu sempre fiz exatamente o que o Deputado Jesuíno estava fazendo, pedir informação e fiscalizar esse Governo, mas naquela semana eu não sei o que deu em mim porque aqui toda base do Governo, a grande maioria aprovou um Projeto contra o Governo, para fiscalizar o próprio Governo e no outro dia, eu não estava aqui nessa votação, no outro dia eu cheguei aqui e já estava a confusão para fazer a tal da Comissão de Investigação contra o Governador. E eu não sei onde que eu estava que eu falei para o Jesuíno, 'Jesuíno tira esse trem, tira esse trem', e aquilo ali, Deputado Jesuíno, aquilo foi... Porque primeiro, se aquela Comissão fosse montada não ia dar em nada, porque Comissão nenhuma nunca deu em nada aqui. E aquilo ali foi muito bom, porque o Emerson Castro nós temos que, sabe por que eu estou falando isso? Porque em Rondônia, eu acompanho, Deputado Luizinho, essa situação desses problemas de moradia e de ocupação. A maioria dos bairros de Porto velho são ocupados porque os terrenos estão abandonados, cheios de lixo, não tem dono esses terrenos, aí quando o povo vai lá e constrói sua casinha, forma lá o bairro aparece um malandro se dizendo dono. E muitas vezes a Justiça julga sem ouvir o outro lado e já dá uma desapropriação. Não é desapropriação.

O SR. LÉO MORAES - Uma Liminar, não é?

O SR. HERMÍNIO COELHO – É reintegração de posse. A Justiça dá Reintegração de Posse sempre a favor desses 'Bira da vida'. Esse tal de Bira, eu não sei nem que diabo é esse tal Bira é dono de quase tudo aqui em Porto Velho. E nunca na minha vida eu vi um Governo do Estado, muito menos a Prefeitura de Porto Velho, preocupados com nada disso. O trator vai lá e derruba mesmo. E eu jamais esperava isso do Governo Confúcio. É lógico que o Governo não está dando nem um centavo, o dinheiro vai sair das Emendas dos Deputados, mas nós dependíamos do Governo, da coragem do Governo e principalmente do Emerson Castro e do Dr. Glauco, o Procurador do Estado. Nós tivemos, desde fevereiro que esse trem vinha sendo adiada, essa desapropriação, desde fevereiro. E nós chegamos ao Juiz numa sexta-feira, que na terça-feira de manhã as casas de vocês iam ser derrubadas, iam ser derrubadas, iam ser mesmo. O Emerson Castro me liga dizendo: "Deputado Herminio, eu estou indo lá no Juiz", que era o Juiz da causa. Eu ligo para o Deputado Jesuíno e digo: 'Deputado Jesuíno, vamos lá com o Emerson'. Quando eu e o Deputado Jesuíno chegamos lá, estava o Secretário Emerson e estava o Procurador Geral do Estado. O Emerson falando para o Juiz, tentando convencer o Juiz, querendo mais 30 dias de prazo para ver se achava uma solução para que vocês não fossem despejados, não fossem expulsos da casa

de vocês da forma que estava para ser feito. E o Emerson conversou, conversou, mas o Juiz ficou com raiva do Emerson, e não queria nem saber. Disse, "Eu não dou nem um minuto. Desde fevereiro que eu estou adiando esse trem e não adio nem mais um minuto". Aí vai o Doutor Glauco, Procurador do Estado, a mesma coisa, tentando convencer o Juiz, pedindo, implorando. Aí aquilo me chamou atenção. Eu digo, meu Deus o que esse povo... esse povo defendendo o povo, eu não acredito que esse povo está fazendo isso. E eu só escutando aquela presepada. O Juiz vai e fala para o Procurador da mesma forma: "não tem conversa, não tem conversa, terça-feira a ordem está dada, já está tudo articulado, a equipe de policiais, de tratores, está toda preparada a Operação e terça-feira de manhã começa". Eu não aguentei. Eu disse: 'Senhor Juiz, senhor Juiz, eu nunca vi esse Governo, eu não conheço nada de bom que esse Governo já fez, e na hora em que ele está fazendo alguma coisa pelo povo, o senhor está dificultando?' Eu sei que começou a mudar um pouco a conversa e ele já marcou uma reunião para tarde. Aí o Emerson chamou um Advogado do tal do Bira e nós chamamos o Presidente Maurão para participar dessa reunião. E já mudou, a tarde já mudou. Mas de qualquer forma o Governo, através do Emerson e através do Doutor Glauco, eles deixaram lá claro: "Se vocês não aceitarem o acordo, o Estado está disposto a negociar com vocês. se vocês aceitarem numa boa, beleza; se vocês não aceitarem na segunda-feira o Estado vai desapropriar". E ele fez isso segunda-feira às 10 horas da manhã. Isso é inédito em Rondônia. Eu nunca vi um político, um Governo dentro deste Estado, dentro deste município, fazer isso pelo povo. Todas às vezes que acontecia o que aconteceu em vários bairros aqui de Porto Velho, o trator chegava lá e derrubava e não aparecia uma autoridade lá para defender vocês. Por isso eu queria ver o Governo de Rondônia fazer o que ele fez nessa situação. E tem situações em Porto Velho, várias, mais ou menos como a de vocês. E eu espero que cada uma seja bem discutida. Porque como é que a gente vive em um país que tem uma tal de política da 'Minha casa Minha Vida'...é a política da Minha Casa Minha Vida, que tem que dar a casa para o povo. Aí o povo vai lá, ocupa uma área que está abandonada, constrói a sua casinha sem pagar um real de ninguém, muitas vezes deixando de comer melhor, para poder comprar o tijolo, a areia, o cimento, a telha, uma porta, uma janela. Aí vão lá estruturam a casinha, faz logo uma casinha de alvenaria, de madeira, estão lá dez anos, aí depois de 10 anos, o próprio Estado que tem o Programa de Minha Casa Minha Vida, vai lá e derruba as casas que o povo fez com todo sofrimento e sacrifício? Que lógica é essa? Por isso Deputado Maurão e todos os Deputados, o Governo de Rondônia, aquilo foi uma, essa ação do Estado de Rondônia com relação ao bairro de vocês foi inédita. A gente tem que agradecer, e eu espero que o Governo de Rondônia tome sempre esse caminho de tentar sempre defender o povo e fazer o que pode. Isso prova que o Estado tem poder demais, o Estado tem poder demais. O Juiz tem poder de dar a reintegração de posse, mas se o Estado disser assim: não, aquela área eu quero para o povo que já está morando lá, e vou desapropriar e negocio com o cara. O cara disse que quer R\$ 30 milhões na área, vai ser depositado na conta dele dois milhões e setecentos. Se ele quiser receber mais, que entre

na Justiça, se a Justiça entender que a terra dele valia mais, porque o Estado só pode pagar o que foi avaliado. E a avaliação dos técnicos foi R\$ 2.790.000,00. Por isso, pessoal, agradeço a interferência, é muito bom, e eu queria ver, eu queria ver se todos os problemas que nós temos em nosso Estado, na nossa sociedade, se nós os políticos, principalmente o Poder Executivo e o Poder Legislativo, porque nós sozinhos não temos poder de resolver, nós temos poder de ajudar, agora, resolver o Executivo tem que estar junto. Se todas as causas, todos os problemas que acontecem no Estado, se o Estado como um todo, quisesse realmente resolver o problema da melhor forma, Deputado Adelino, resolvia. O problema é que as pessoas sempre se acovardam, como Prefeito de Porto Velho, esse Nazif, esse nazista se acovardou, lavou as mãos para vocês, lavou as mãos para vocês esse Prefeito covarde aqui de Porto Velho. Porque dinheiro, dinheiro para indenizar R\$ 2.790.000,00 para garantir 500 moradias de vocês lá, que vocês fizeram com sangue e suor, ele não tem, agora R\$ 32 milhões para comprar de tubo, R\$ 40 milhões para comprar de tubo para meter, talvez, no rabo do Gilson Nazif. Por isso esse tipo de... Isso, Deputado Jesuíno, jamais podemos deixar batido, e temos que agradecer o Estado por essa coragem. E eu quero ver o Estado de Rondônia defender um milhão e seiscentos mil habitantes que tem neste Estado como ele defendeu já nessa situação de garantir, porque hoje vai ficar garantido, o dinheiro vai ser autorizado agora, o Estado vai depositar na conta do empresário. Se ele não aceitar é problema dele, ele que entre na Justiça. Está garantido porque o Estado tem o direito de desapropriar e já foi desapropriado e o Estado vai fazer o pagamento. Questão de valores, se a Justiça achar que o Estado tem que pagar isso é problema deles. E o que nós vamos fazer Deputado Jesuíno? Vamos entrar, eu já falei com o pessoal do Governo para arrumar o bairro lá, vão patrolar, arrumar, vamos pedir para colocar energia lá no bairro e vamos, eu peço aqui para o Dr. Glauco, para o Emerson Castro, para o Governo e para a nossa Assembleia, todos os casos que têm aí parecido com o de vocês, que a gente tente fazer o que nós fizemos nesse processo. Não deixar de forma covarde que o povo saia de sua moradia porque muitas vezes, muitas vezes, Deputado Maurão, a maioria, Deputado Maurão, a maioria desses caras que se dizem donos dessas áreas todas aqui na nossa cidade, esses caras nunca pagaram impostos, nunca compraram isso de ninguém, nunca fizeram nenhuma benfeitoria, nunca nem cuidaram do local, nunca nem cuidaram. E nós não podemos, porque se fosse justo, se o cara tivesse lá uma área produzindo, pagando imposto, cuidando e o povo ocupasse, tudo bem, a gente não vai defender. Mas a área, aquilo ali era um pantanal cheio de lixo, cheio de sujeira e o povo, depois de muitos anos abandonado, o povo foi lá organizou por conta própria fez sua moradiuzinha. E outra coisa, por que não tiraram no outro dia? No dia que vocês chegaram lá e ocuparam, por que o Estado ou a Justiça chegou lá e disse que já tinha um dono e vocês não podiam ficar lá? Em vez disso deixa vocês 10 anos lá trabalhando, lutando para levantar uma casinha para depois derrubarem. Isso é covardia demais. Por isso eu quero aqui também agradecer ao nosso Juiz, que eu sei que o Juiz também estava de saco cheio de tanta conversa, mas agradecer também o nosso Juiz da causa, que é uma pessoa do bem, uma pessoa justa, porque de qualquer

maneira a tal das Leis, ele trabalha em cima de Leis e a tal da Lei nem sempre é justa. Por isso, eu quero agradecer aos nossos Deputados, principalmente, Deputado Jesuíno, a Vossa Excelência que foi a pessoa que fez as coisas chegarem aonde chegou. Todo mundo teve uma participação, mas a sua foi a mais importante. Porque eu acho que se não fosse Vossa Excelência, eu acho que talvez as nossas casinhas do nosso pessoal já estivessem todas derrubadas. Por isso, obrigado a vocês, aos moradores lá do Universitário, e se Deus quiser a gente vai trabalhar para que o Bairro seja atendido daqui para frente porque antes até para se fazer alguma coisa lá não podia porque está sub judice. Agora não tem mais conversa. E também já trabalhar para o Estado, Deputado Maurão, já entrar com a regularização e dar o título definitivo para todas as famílias que moram lá no Universitário. Obrigado a vocês, obrigado Deputado Jesuíno, obrigado Deputado Maurão, a todos os Vereadores, obrigado a Deus e obrigado ao Governo Confúcio e a sua equipe, por ter feito esta ação, que é uma ação que para a política que nós vivemos nesse mundo e neste país temos que aplaudir e apoiar.

Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Hermínio Coelho.

E agora, ainda para discutir, para falar o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em primeiro lugar a fala do Deputado Hermínio, eu só quero acrescentar algumas questões, mas dizer que realmente todos que se encontram presentes, tinha uma Comissão que me recordo, que me procurou na época, como o Deputado Hermínio falou aqui, ninguém acreditava mais nessa causa do Bairro Universitário. E aí eu guardo uma pergunta de uma cidadã de lá, Tatiane, ela perguntou: “Deputado, o não, nós já temos, eu já ouvi de todos os locais, da Câmara, da Prefeitura, do próprio Governo. Eu quero perguntar para o senhor, tem como a gente buscar uma solução para o Bairro Universitário”? Eu falei: olha, naquele momento eu vou fazer uma proposição aqui com vocês, marcar uma Audiência Pública para discutirmos essa demanda e vamos abraçar e se for necessário depois de muitas discussões - e eu quero fazer uma ressalva aqui que não se encontra mais no Governo a Dra. Quílvia, a Dra. Quílvia também foi uma peça fundamental nessa discussão, ela foi quem também buscou junto com esses moradores na Audiência Pública também essa questão do Bairro Universitário, que hoje vai mais um passo se concretizar. Mas eu quero deixar claro que se não fosse não só as minhas Emendas, a Emenda do Deputado Hermínio Coelho, que foi meio milhão, o Deputado Maurão e os demais Deputados, isso também não aconteceria. Esta Casa tem um conjunto de Deputados, é um bojo de Deputados, é uma nova Legislatura. Aqui dentro deste Parlamento já discutimos diversas ações aqui e cada um tem um foco. Mas esse do Bairro Universitário, eu tenho que guardar neste mandato como foi algo assim totalmente, como foi na minha fala, eu não posso me colocar no local de vocês, mas eu posso sentir a aflição dos senhores, que terça-feira, se não tiver essa desapropriação todas as casinhas de vocês serão derrubadas, e o Governo vai fazer o

quê? Vocês estarão na porta, na rua da amargura. Então, eu não quero me delongar, eu abri mão da minha fala também.

Eu quero agradecer, de coração ao Deputado Laerte Gomes, que em nenhum momento agiu de uma forma truculenta ou de uma forma arbitrária ou dentro da norma ou fora da norma. Apenas, ele está agindo de acordo o papel constitucional, como Parlamentar, em requisitar informações. Mas depois de muitas discussões, depois de muitas conversas, ele se sensibilizou e abriu mão da vista, que teria o prazo de dezoito dias. Portanto, quero agradecer ao Deputado Laerte. E aqui eu quero também fazer um agradecimento. Olha, como bem disse o Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, são pessoas realmente, não vamos falar de oposição, Deputado Hermínio, nós somos um pouco rígidos, na forma que a gente age aqui, uma atuação um pouco mais ríspida, com o Governo, que às vezes entende que a gente é muito radical nas nossas ações, e não é. A gente cobra o que é necessário. Eu quero enaltecer a ação do Emerson Castro que foi realmente uma pessoa que atuou também em nome do Governo Confúcio Moura, que esteve ao lado, e o Dr. Glauber, o Doutor Procurador Glauber, que também foi à questão jurídica, essencial, ele está atuando, e a todo o momento falou: “se não houver eu vou desapropriar”, e falou na cara do Juiz e do próprio advogado. Então, a postura dele é totalmente digna de elogios e de reconhecimento por parte desses Deputados. Eu sempre digo, este Parlamento aqui não é contra as ações do Governo e jamais vai ser, nós votamos sempre aqui com Projetos realmente de interesse da sociedade. Agora, temos que fiscalizar e fazer o nosso papel constitucional. Então, nesta tarde, hoje eu quero também, pedir desculpas para vocês, por estarem até oito horas da noite tendo a paciência, tendo o reconhecimento de que era necessário as presenças de vocês aqui para entender o processo legislativo, de como funciona também o processo legislativo, e agora, é um passo que vai ficar na história. Quero agradecer também ao Presidente, que é da Associação que também faz parte, o Vicente, a Comissão que esteve presente, e a todos os Parlamentares, além de todos que estiveram atuando e ao Governo do Estado de Rondônia, e ao parceiro Deputado Hermínio Coelho. Eu lembro que eu falei no telefone, ‘Deputado, eu preciso de Emenda’. “Rapaz, mas você precisa de quanto?” Eu falei, ‘o que senhor quiser dar’. Ele falou: “rapaz, meio milhão serve?” Eu falei, ‘serve’. Então, ele de plano, ele deu meio milhão de reais, porque as Emendas é algo que é do próprio Executivo, mas o Parlamentar tem como destinar esses recursos para compra de equipamentos, para o próprio Executivo trabalhar nas Secretarias pertinentes, associações. Então, é algo que eu poderia, e eu quero deixar também, como eu sempre alertei para eles, a classe a qual me elegeu, foi que me deu essa garantia de estar aqui, vai ficar desguarnecida também de um milhão, que eu poderia investir lá. Mas eu não me arrependo, jamais eu vou estar ali presente, eu fiz aquilo realmente, como eu sempre falo com a verdade, é da minha consciência. Essa verba está sendo utilizada em um bom local e está sendo usada realmente para dar o sossego e a paz para vocês. Então, nessa noite, era isso que eu queria pedir e muito obrigado a todos por estarem presentes até agora.

Obrigado mesmo, de coração.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno.

O SR. CLEITON ROQUE – Pela Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Cleiton.

O SR. CLEITON ROQUE – Presidente, eu quero discutir o Projeto. Depois eu gostaria que o senhor consultasse o plenário sobre essa possibilidade de incluir uma Emenda aditiva. Discutindo o Projeto, eu quero parabenizar o desempenho dos Deputados, principalmente Deputado Jesuíno Boabaid, que acompanhamos a atividade da Audiência Pública que foi feita, posteriormente a adesão do Deputado Hermínio Coelho juntamente com o Deputado Jesuíno. Nós acompanhamos no final de semana, inclusive, nós estávamos para o interior quando a ação juntamente com Vossa Excelência desencadeou esse acordo entre o Governo do Estado, entre a Assembleia Legislativa para resolver esse problema. Então, eu quero saudar o Deputado Jesuíno.

Deputado Hermínio, na quinta-feira, na quinta-feira anterior, àquele final de semana, que poderia terminar de uma maneira trágica, e termina de uma maneira... e recomeça de uma maneira esperançosa. Enfim, eu vi na quinta-feira, a angústia do Deputado Jesuíno. Ele me encontrou nos corredores, ele tinha acabado de vir de uma reunião com a Doutora Quílvia, e na época ele falava, "Deputado Cleiton, vão despejar aquele pessoal mesmo, Deputado Cleiton. Vossa Excelência tem que ir lá para Vossa Excelência ver, tem criancinhas, têm pessoas simples e humildes que vão ficar sem casa, sem moradia". Então, eu presenciei a angústia. Então, como o Deputado Maurão falou, ali, a energia, as forças positivas convergiram, Deputado Hermínio, para resolver esses problemas. Então, eu quero saudar os meus colegas, o mérito seu, Deputado Jesuíno, do Deputado Hermínio, do Deputado Maurão, do Governo, do Emerson Castro. O Governador Confúcio deu autonomia ao Emerson para negociar isso, e quem ganha com isso é esse pessoal que está aqui fora, essas famílias que são beneficiadas. É a união dos Poderes realmente trazendo um benefício para a população. Então, eu como Deputado saúdo vocês e parabenizo pelo grande desempenho nessa ação. Quero, Senhor Presidente, até a Emenda Aditiva que eu quero propor, é uma Emenda técnica que foi inclusive sugerida pelos técnicos da Casa. O Dr. Luciano acompanhou toda discussão que ocorreu na sexta-feira, nós chamamos o Governo aqui, veio o Secretário Adjunto representando o Governo, veio o Secretário da SEFIN somente para esclarecer algumas dúvidas que nós tínhamos aqui. Então, o pedido de vista do Deputado Laerte, Deputado Jesuíno, foi importante para sanar essas últimas dúvidas que tinha, e orientado pela Casa, acordado com o Governo, Deputado Hermínio, surgiu a orientação dessa Emenda Aditiva que 'acrescenta e renomeia dispositivos ao Projeto de Lei nº 198/2015, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 29.212.519,00 (vinte e nove milhões, duzentos e doze mil, quinhentos e dezenove reais) em favor das unidades orçamentárias, DER, SEDUC, SEJUCEL, FHEMERON, SEDAM, IPAM, SEJUS, SEAS,

SEAI E MP. Artigo 3º, o Poder Executivo, por ato próprio deverá contingenciar o mesmo valor dos recursos remanescentes da RS-SEFIN-NA Fonte do Tesouro 0100 em suas Unidades Orçamentárias.

Artigo 4º - Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário das Deliberações, 05 de novembro de 2015."

Eu quero explicar, Senhor Presidente, sobre essa situação. É porque na elaboração do orçamento do ano passado, as transferências constitucionais eram computadas como receitas. O que aconteceu? Por orientação do Tribunal de Contas, essas receitas, essas transferências constitucionais para os municípios, que é a cota parte do ICMS, a cota parte IPVA, ela passou a ser feito e contabilizada como dedução de receita corrente. Muito bem, mas a receita ficou prevista no orçamento. Então, o que o Estado tem que fazer? Ele tem que ir lá na despesa e fazer o contingenciamento dessa mesma receita. Então, o que é que a Assembleia está pedindo? Que através de Decreto o Estado deverá fazer contingenciamento dessas receitas para compensar esse montante de vinte e nove milhões.

Da mesma forma, Senhor Presidente, tem outro projeto que trata, que tem uma situação parecida que é da Saúde.

Solicito a possibilidade, caso o Plenário aprovar, a inclusão dessa Emenda também.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vai ser apresentada a Emenda.

Solicitar o Deputado Adelino para dar o Parecer sobre a Emenda.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES - Enquanto o Deputado Adelino não dá o Parecer, só cumprimentar e agradecer a presença do Vereador Jefferson, lá do município de Alto Alegre dos Parecis, do PSDB, do nosso partido que está aqui.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Nós estamos aqui com essa Emenda que vem incrementar mais ainda, garantir mais esse recurso para vocês, contingenciando esse recurso que não pode ser gasto para outra coisa, simplesmente para esse projeto. Então, essa Emenda do Deputado Cleiton Roque é muito importante. Quero parabenizar o Deputado Hermínio e o Deputado Jesuíno aqui que encabeçaram, que a maior parte do recurso o Deputado Maurão articulou junto com o restante, para arrecadar esse montante para poder fazer. Então, quero parabenizar.

Eu estou dando Parecer, hoje, pela Emenda Aditiva de autoria do Deputado Cleiton Roque e eu sou de Parecer favorável, tendo em vista, estou acatando pelas Comissões Pertinentes, que essa Comissão teria que se reunir. Como teve uma Emenda, a Comissão de Redação e Justiça teria que se reunir. E eu queria agradecer os membros da Comissão de Redação e Justiça que estão abrindo mão para que a gente dê

o Parecer aqui na Tribuna, para que faça hoje as duas votações, para que vocês, que amanhã a Assembleia já manda esse documento para o Governo, que o Governo pode sancionar e já pagar para pessoa interessada, para que vocês tenham direito a esse terreno.

Então, eu sou de Parecer favorável acatando a Emenda pelas Comissões pertinentes.

Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Adelino Follador.

Em votação o Parecer favorável, acatando a Emenda, do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei, com Emenda. O Projeto de Lei nº 198/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Projeto com Emenda.

Vai à segunda discussão.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 036/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 199 - Dispõe sobre a criação de Cargo de Direção Superior na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – No Projeto de Lei falta o parecer da Comissão de Organização Administrativa, Finanças e Orçamento.

Solicito ao Deputado Aécio da TV dar o Parecer. Obrigado a todos os nossos amigos do Bairro Universitário por estarem acompanhando aí e parabéns a todos vocês.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, o Projeto de Lei Complementar nº 036/15 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 199, dispõe sobre a criação do cargo de Direção Superior na estrutura da Secretária de Estado da Saúde – SESAU. O meu Parecer pelas Comissões pertinentes é o Parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Aécio da TV. Parecer favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Parecer.

Em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar 036/15.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Eu não gosto de votar Projeto desse Pimentel não, mas como o Deputado Jesuino esta pedindo, eu vou votar. Sabe por quê? Acho engraçado, que há poucos dias o Governador fez aquela reforma atrapalhada, dizendo que é para reduzir cargos, e aí...

O SR. EDSON MARTINS - Eu estou estranhando, Presidente, eu estou estranhado, porque o Deputado Hermínio disse para mim que o único Secretário que ia dar jeito na Saúde, era o

Secretário Pimentel, ele me convenceu que o Pimentel era um bom Secretário.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Edson, eu tinha um respeito até grande pelo Pimentel, e respeito ele. É um cara batalhador, um cara trabalhador. Mas é como eu falei para você, é um cara que eu não sei por que motivo ele tem umas coisas que eu não aprovo. Por isso que eu... primeiro porque ele não respeita esta Casa. Ele se acha muito poderoso, e ele não é essa coca-cola toda não. Aí é como eu te falei, eu não gosto de gente que se acha melhor do que os outros. Nós não somos nada. Eu que sou até bonitinho de corpo, não sou nada, imagina um gordo daquele, um obeso daquele, para se achar melhor do que todo mundo. O respeito é o que falta na gente, a gente tem que respeitar as pessoas independente do que seja, e é o que falta neste Estado. É por isso que este País, este Estado é a bagunça que é, ninguém respeita ninguém, ninguém respeita ninguém.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em primeira votação o Projeto de Lei Complementar 036/15.

A votação é nominal.

O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Herminio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuino Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 18 votos favoráveis, aprovado em primeira discussão e votação.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria.

O SR. LEBRÃO (1º secretário) – PROJETO DE LEI 101/15 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 098 - Cria Jetons, na estrutura

do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, para os membros do Comitê de Investimentos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei 101/15 está com Emenda, está com Parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente está com o Parecer, mas tem o Parecer desfavorável de uma Comissão de Finanças, não é? Tem o Parecer desfavorável.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Parecer contrário.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu queria pedir aqui rapidamente o Parecer. Eu quero fazer vista do processo agora. Eu quero só ver ele aqui.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Só o senhor quer dar uma olhada no parecer?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Quero analisar. Coloca outros aí para votar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Posso mudar aqui?

O SR. AÉLCIO DA TV – O Parecer vai ser votado é? Eu queria só fazer uma... Esse Projeto é que cria uns jetons lá para o IPERON e a redação é muito falha. Diz apenas que reunirá apenas uma vez por semana, no máximo uma vez por mês. E eu achei desnecessário o jeton de mil e oitocentos para um técnico que já é servidor e já trabalha normalmente, receber mil e oitocentos reais para fazer uma reunião por mês. Então, por isso eu achei que por falta de informação, a redação é muito fraca, por isso o meu Parecer é contrário ao Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Contrário. Então vamos retirar esse Projeto de Pauta, porque é melhor, porque eu vou pedir ao líder do Governo para retirar ele. Tira e olha direitinho, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Nós poderíamos, Presidente, para não prejudicar o Projeto, colocar uma Emenda, do Deputado Aécio. Deputado Aécio, se Vossa Excelência concordar, a gente coloca Emenda que será remunerado no máximo de uma, já tem uma Emenda do Deputado Follador. Então, que terá direito a um subsídio só por mês, ou seja, se vai ter uma reunião, se tiver cinco reuniões no mês vai receber somente uma, seria essa a proposta inicial.

O SR. AÉLCIO DA TV - Na verdade o Projeto diz que o Jeton de R\$ 1.800,00 e que terá pelo menos uma reunião no mês. Então, eu achei o valor extremamente alto para se ter obrigação, obrigação de ter uma, pode ter mais, mas no mínimo vai ter uma. Então, eu achei que para quem já é servidor, para quem já é técnico, para quem já recebe normalmente eu achei assim...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Presidente, até para discutir essa situação lá, o Deputado Léo Moraes chamou um Coronel. Como é o nome dele? Coronel Euler, não sei o quê...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - É só Coronel, não é?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É. O Coronel recebe como Coronel do quadro federal, ele recebe uma gratificação e ainda recebe para participar de uma Comissão. Então, ele acumula três situações. Detalhe, essa Comissão que foi formada é dentro da situação da atribuição dele. Por isso que tem que ser analisada essa questão desses jetons.

O SR. AÉLCIO DA TV - Eu tenho uma pergunta, eu não sei se não é inconstitucional esse Projeto não ter acabado lá na Comissão de Finanças, porque quando nós fizemos foi aprovado por unanimidade o meu Parecer na Comissão de Finanças.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Aí não está discutindo constitucionalidade, Deputado, está discutindo a questão...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Tem uma Emenda, a Emenda que entramos aqui é no Artigo 3º que só poderá receber jeton por participação de um só, de um Comitê de qualquer órgão público, ficando vedado o pagamento e participação de outros Comitês. Então ele só pode participar, receber por um Comitê. Então essa Emenda nós apresentamos na Comissão de Redação e Justiça.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, no meu entendimento, a proposta do Deputado Follador é boa. Então quem participar do Comitê, mesmo que tenha duas ou mais reuniões por mês terá direito somente uma gratificação, um só valor. E também na proposta do Deputado Aécio que poderia valer a partir da data de sua publicação, porque como o processo está tramitando há um bom tempo, a gente põe aqui na proposta, a partir da data da publicação.

O SR. CLEITON ROQUE - Até porque, Sr. Presidente, têm membros naturalmente indicados pelo próprio Governo para participar desse Comitê mas também têm membros dos servidores...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - São de outros Poderes, cada Poder tem uma representatividade, o Judiciário...

O SR. CLEITON ROQUE - De outros Poderes, pensionistas, inclusive, nesse Comitê tem indicados servidores do interior do Estado. Eu acredito que a Emenda atende os questionamentos do Deputado Aécio.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Vamos votar esse ou vamos retirar?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Vamos votar, votar a Emenda.

O SR. CLEITON ROQUE - Nós pedimos o apoio da base do Governo em aprovar essa Matéria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Aprovar com a Emenda do Deputado...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, a leitura da Emenda ficou como? Porque se fizer Emenda tem que ter a leitura da Emenda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Vossa Excelência vai apresentar Emenda? Então, quem é que vai dar o Parecer, o Luizinho ou o Deputado Adelino?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - A Emenda é do Deputado Follador. Já tem Emenda.

O SR. AÉLCIO DA TV - Já tem Emenda. Quando chegou à nossa Comissão já tinha Emenda. A Emenda apenas limita, vou voltar a discutir, a Emenda apenas limita que a pessoa não possa participar de outro Conselho. Ele não pode receber jeton em outro Conselho, mas continua a mesma aberração de se ele fizer uma reunião apenas, se no mês tiver só uma reunião, além do salário dele de técnico normal ele vai receber uma gratificação de R\$ 1.800,00 por uma reunião. Portanto, ainda continuo achando extremamente alto o valor. Porque diz no texto que pode ter mais, mas no mínimo tem uma, e a Emenda apenas limita que ele não faça parte de outro Conselho para não receber jeton de outro lugar, mas ele já é técnico normal.

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Presidente, Deputado Luizinho, só uma sugestão...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - É obrigação, só para esclarecer, é obrigação que se reúna uma vez por mês no mínimo, é obrigação. Então, a proposta que está aqui original é que a cada reunião teria o direito a receber. Com a proposta do Deputado Follador, que é uma Emenda do Deputado Follador que já foi acatada nas Comissões, é que independente da quantidade de reuniões ou da reunião do Comitê terá direito ao recebimento de uma só gratificação de R\$ 1.800,00. Eu até acho justo, porque aqui têm membros de vários Poderes, aqui tem representatividade do Ministério Público, Tribunal de Contas e também do Executivo e do próprio Iperon.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, leia a Matéria.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – É o próprio IPERON.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, uma Questão de Ordem?

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, eu quero fazer uma sugestão. Como nós temos Matérias aqui importantes para votarmos, retire de Pauta esse Projeto para votarmos amanhã, aí a gente discute melhor.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Laerte, eu queria, para que chegássemos num... Meu amigo, rapaz, nós aprovamos cada Projeto aqui de milhões e milhões e ninguém discute uma vírgula. Aqui nós estamos discutindo um bate-boca desses, um

Projetozinho, quatro servidores, quatro servidores de mil e poucos reais por mês.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, Deputado, mas aí também, não...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, Deputado Jesuíno. Primeiro que essa questão de quantidade, de no mínimo uma, às vezes se faz uma reunião que vale por dez. E se não funcionar bem, depois nós podemos mudar. Mas vamos criar, nós vamos ficar aqui batendo boca em um Projeto desses, cara? E emendar, diminuir nós não podemos, se nós diminuirmos, não é da nossa autonomia aumentar e nem diminuir, ou a gente aprova ou desaprova. Nós não poderemos emendar. Se o Governo quer pagar mil, nós não poderemos emendar para pagar quinhentos ou pagar dois. Nós não temos esse poder. É muito difícil trabalhar desse jeito. Quem sabe se esses quatro carguinhos de mil e poucos contos, não vai trazer resultados?

O SR. AÍRTON GURGACZ – Deputado Hermínio, só um aparte. Lá no DETRAN já existe isso há mais de 10 anos. Lá se paga R\$1.800,00 ou R\$1.960,00, é a reunião do Conselho mensal, então tem esse jeton. Agora, também eu sou a favor que vote, porque é pouca coisa que as pessoas recebem, e é mais funcionário de carreira que recebe isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas a preocupação aqui Deputado Hermínio, ninguém está falando não. Aqui são pessoas, que vão ganhar, que já tem altos salários, e o cara ganhar mais R\$1.800,00 para se reunir. Então, vamos pagar hora extra aqui, vamos criar que se extrapole... na época tinha nessa casa que foi extinta, e tem que ser moral mesmo. Quando o Deputado iria aprovar um projeto de Extraordinária ele ganhava. Então, vamos aprovar esse também. Vamos aprovar extra para todos os servidores que aqui também não podem receber, vamos começar a fazer isso. Tem que fazer Justiça. Eu discordo da sua posição nesse exato momento. Começa abrir quatro, amanhã cria mais cinco, e começa aqui uma farra de Comissão. É com isso que precisamos nos preocupar. O Governo está vivendo um momento de crise, são quatro Comissões de R\$1.800,00, você calcula anualmente e aí vai fazendo. É essa análise aqui que eu tenho, não é o Projeto em si, que realmente o senhor está falando nesse impacto, nesse Projeto, que não vai mudar nada, tem muito mais aí. Agora, abriu para quatro, mais quatro, aí toda a instituição vai ter agora Comissão, jeton.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Jesuíno, senhor Presidente, só para esclarecer.

O Deputado Luizinho falou aqui que era para limitar a questão de participação de uma reunião? Não. Aqui é proibido, porque eu recebi uma denúncia que têm Secretários que participam em três e tem três jetons, recebem dos três. Então, nós estamos vedando aqui, se ele recebe em outra Secretaria ele não pode receber lá do Iperon, se ele não recebe em nenhuma, aí ele tem direito de receber. Nós estamos vedando essa possibilidade de ele participar, porque isso aqui, a gente entende que essa Comissão que seja para montar, seria para trabalhar fora do expediente. Ele vai ter que seguir e vai ter

que dar um resultado de algum trabalho. Então ele vai trabalhar hora extra, ele vai ter que trabalhar fora de expediente para concluir esse trabalho. Então, jeton significa que temporariamente ele vai fazer um trabalho nesse sentido. Se ele recebe em outro Comitê ele está vedado de receber. Então, essa é a nossa intenção e eu acho justo porque, de repente, ele vai ter que trabalhar até tarde, fora do horário dele, e eu acho que é importante.

O SR. AÍRTON GURGACZ – Eu quero crer que até, por exemplo, no DETRAN tem que ter relatório, porque tem o Tribunal de Contas que pega o Diretor, e se ele não trabalhar, há um relatório muito bem feito do trabalho prestado. Porque ninguém vai aceitar um cidadão que não trabalha, viu Deputado Jesuíno? E é muito sério. Tem o Tribunal de Contas que vê se fizeram ou não fizeram isso. Então lá no DETRAN tem isso há muitos e muitos anos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, vamos por em votação.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E a data, entrou no dia 26 de maio, esse Projeto está tramitando há muito tempo, então acho importante votar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Aprovado com Emenda.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Aprovado com ressalva. Eu sou contrário.

O SR. AÉLCIO DA TV – Quero registrar também que sou contrário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno e Deputado Aécio.
Aprovado com dois votos contrários.
Deputado Jesuíno, Deputado Aécio.
Deputado Cleiton Roque? O Líder do Governo está votando contra? Não, Cleiton Roque está votando a favor.

O SR. CLEITON ROQUE – Presidente, registrando, eu voto a favor do Projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu vou, eu sou, o Projeto não vai ser prejudicado, eu vou acompanhar o meu líder da oposição, mas vou votar também contra, não prejudica se eu votar contra? Vou acompanhar o meu Líder da oposição.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – **Aprovado com Emenda, com três votos contrários.**
Vai à segunda discussão e votação. Três, formando o grupo da oposição aqui.
Próxima Matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 205/15 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 224 -

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 40.917.760,56, em favor das Unidades Orçamentárias, Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM e Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER. Com Emenda.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É dos quarenta milhões?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está sem Parecer da Comissão de Justiça e Finanças.

Solicito ao Deputado Laerte Gomes que emita o Parecer

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei referido que já foi lido, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 40.917.760,56 em favor de várias Unidades.

Eu gostaria só, antes de dar o Parecer, Sr. Presidente, de ressaltar aqui duas coisas, e aqui até conversei com o Deputado Luizinho.

Primeiro, Deputado Cleiton, está se anulando, está tirando dinheiro da realização das transferências constitucionais aos municípios, são R\$ 38.520.294,56 do orçamento de lá, e colocadas nas Unidades de Saúde e nas outras subsequentes.

Mas ao mesmo tempo, Deputado Jesuíno, nós temos que ressaltar que o Secretário de Saúde está fazendo o dever de casa certinho, ele mandou aqui explicando o que vai ser pago, aonde vai ser gasto, os valores. Então, diferente das outras Secretarias que chegam aqui só com um papelzinho dizendo da onde vai transferir, Deputado Hermínio. E ele mandou aqui especificado tudo o que vai pagar, aluguel, tem UTI Neonatal, os meses referentes que vai pagar. Então, a gente tem que reconhecer que se todos viessem assim, com certeza, os problemas do Governo seriam muito menores aqui nesta Casa. Mas também Deputado Cleiton, eu vou julgar aqui a constitucionalidade do ato, tem que se ter o compromisso, a responsabilidade porque de onde está tirando dinheiro é dos municípios, do Orçamento. Então...

O Sr. Cleiton Roque – Eu posso esclarecer?

O SR. LAERTE GOEMS – Pode, pode.

O Sr. Cleiton Roque – Só Presidente, para elucidar o Parecer do Deputado Laerte. Quando a Assembleia votou o Orçamento o ano passado, estava previsto no Orçamento que as transferências Constitucionais, IPVA, a quota parte dos municípios do ICMS era prevista naquele Orçamento como uma receita corrente. Aí o Tribunal de Contas veio e falou: “não, ela tem que ser deduzida da receita corrente”. Então, o Estado parou de contabilizar como receita corrente, mas o orçamento ficou. E o que está acontecendo? Aí está sendo remanejado agora, por isso Deputado Laerte, nós precisamos fazer nesse Projeto a mesma Emenda que foi feita no Projeto de Lei...

O SR. LAERTE GOEMS – Já está aqui com a Emenda. Eu vou ler a Emenda.

O Sr. Cleiton Roque – Exatamente, fazendo isso, porque não está tirando recurso dos municípios, as transferências estão acontecendo agora.

O SR. LAERTE GOMES – Mas o Orçamento, não é?

O Sr. Cleiton Roque – Está tirando o Orçamento, porque inclusive, desde do começo do ano que o Estado não contabiliza mais a receita como corrente, ela é deduzida da receita corrente.

O SR. LAERTE GOMES – Então, o Projeto é esse. A é Emenda de autoria do Deputado Luizinho, que Emenda o Projeto de Lei nº 205/15, que diz no Art. 3º: “que o Poder Executivo por ato próprio deverá contingenciar o mesmo valor dos recursos remanescente do RS-SEFIN na Fonte do Tesouro 0100 e suas Unidades Orçamentárias”.

Então, o nosso Parecer é pela boa técnica de redação, pela legalidade e constitucionalidade do Projeto, acatando a Emenda.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Para discutir o Parecer o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu não sei como é que o Governo que é tão competente, o Secretário que é tão competente diz que está tudo certinho, e manda o Projeto e já foi emendado pelo líder do Governo. Porque emendar se o Governo é tão competente? Para que a Emenda? Fez errado, então?

O SR. CLEITON ROQUE – Deputado Hermínio, só para esclarecer a Vossa Excelência. Esse Projeto já tinha chegado na Casa e já tinha uma outra Matéria tratando desse assunto também. A gente verificou, a equipe técnica da Assembleia com o apoio do Dr. Luciano, que é um especialista em Orçamento, chamamos o Governo e chegamos, tinha que fazer alguma coisa, ou mandava o Substitutivo ou nós faríamos uma Emenda aqui em comum acordo com os técnicos da SEFIN, do Planejamento e da Assembleia também. Nós entendemos que somente uma Emenda resolve o problema, não prejudica a Matéria, e como aquele Projeto de R\$ 29 milhões tratava também do Bairro Universitário, que é um pleito de Vossa Excelência, e assim como tem Matéria da Saúde em torno de R\$ 40 milhões para o fechamento do ano, nós entendemos que apenas a Emenda resolveria, até porque é só a questão técnica mesmo. E quando o Governo contingencia despesa também, faz com que no caso de haver excesso de arrecadação seja dividido entre os Poderes de acordo que, se caso não fizer essa Emenda fica uma brecha para a utilização desse recurso. Está entendendo, Deputado Hermínio?

O SR. HERMÍNIO COELHO – É porque parece que o planejamento deste Estado, o que cuida das finanças e a Procuradoria do Estado, meu Deus do Céu, vão ter que estar pedindo toda hora a benção para o Luciano, para o Luciano ensinar como trabalha. Porque esse Governo tem feito na questão de orçamento e planejamento...

O SR. CLEITON ROQUE – Deputado Hermínio, Vossa Excelência sabe que os técnicos da Assembleia são bons profissionais, tanto na área jurídica quanto na questão orçamentária.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, o Luciano é o melhor cara de Rondônia.

O SR. CLEITON ROQUE – E toda a Matéria orçamentária que tem aqui, eu consulto ele. Eu chego e peço a orientação dele. Por exemplo, o Orçamento, nós já estamos discutindo ele para votar daqui mais algumas semanas, ele já fez uma semana, o pente fino no Orçamento para nós. Porque eu tenho certeza que é um profissional altamente qualificado e até nos dá mais condições de tomar decisões aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu vou mandar o Luciano cobrar os honorários desse trabalho, por estar auxiliando esse Governo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu quero só acrescentar, até porque já está passando do horário. Esses R\$ 40.000.000,00 só está sendo autorizado porque foi o empenho da Deputada Lúcia Tereza, a chefe de gabinete aqui do Presidente, a Irma e todos os Deputados. Eu cobre e o próprio Deputado Ezequiel que encaminhou o relatório na íntegra, porque se não viesse, esse Projeto ia ficar parado aqui. Agora, a gente também não pode colocar culpa, porque isso foi um acordo na época, aqui no Parlamento, que fique claro, viu Deputado Laerte? porque o senhor colocou aqui, se não tivesse a sua Emenda, esse seu pedido de vista, os 29 milhões poderiam ficar prejudicados, assim como esse de 40 milhões. Então, prova que esta Casa está atuando, as pessoas que aqui trabalham, que auxiliam esta Casa, estão também fazendo o seu papel. E como o Deputado Hermínio Coelho falou aqui, o Governo infelizmente, os seus assessores estão falhando, isso aqui é claro. Então, o Projeto deve tramitar por conta dessas ressalvas que vieram detalhando para onde vai, e como vai. Então é isso que deve ser levado novamente. Viu meu vice-líder e líder? que tenha a orientação do Chefe da Casa Civil, que todos os Projetos de remanejamento venham com esse detalhamento, mas infelizmente alguns Secretários não acatam essa determinação por parte do Governo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o Parecer com Emenda favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 205/15 com Emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 186/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 197 - Autoriza o poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 5.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária, Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA.

O SR. HEMÍNIO COELHO – Que Projeto é esse aí?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já se encontra com Parecer, já estava com vista do Deputado Jean Oliveira. Agora em votação o Parecer do Deputado Cleiton Roque.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, essa Matéria, foi dada Parecer na Sessão passada.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já. Eu sou estou votando o Parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 186/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem.

Eu quero consultar o meu líder. Votar a favor do Projeto, líder? Eu vou acompanhar o voto do líder, da liderança.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Está aprovado o Projeto do FITHA.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 195/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 205 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 600.000,00, em favor da Unidade Orçamentária, Fundo Penitenciária – FUPEN.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Falta Parecer da Comissão de Justiça e Finanças. Então, o Deputado Jesuíno dá o Parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, como eu havia falado aqui, ao contrário, como eu sempre falo a questão de alguns Projetos vem sem as devidas informações pertinentes, esse Projeto, a Mensagem do Poder Executivo nº 205, Projeto de Lei nº 195/15 autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 600,000,00, em favor da Unidade Orçamentária, Fundo Penitenciária – FUPEN.

Então, pelas Comissões Pertinentes, pela constitucionalidade, pela boa Técnica Legislativa, nós somos de Parecer favorável ao Projeto de Lei, pelas devidas Comissões Pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Para discutir ainda o Parecer, o Deputado Jesuíno Boabaid. Não havendo

quem queira discutir, em votação o Parecer do Deputado Jesuíno.

Aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 195/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 141/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 155 - Institui o Plano Estadual de Cultura e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem Parecer, faltando o Parecer na Emenda da Educação. Quem é da Educação aqui? Comissão de Justiça... Deputado Laerte para Emitir o Parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se da Emenda ao Projeto de Lei nº 141/15. Pela boa Técnica Legislativa, o nosso Parecer é pela constitucionalidade da Emenda. Parecer favorável. Acato a Emenda.

MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Parecer do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 141/15, com Emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 172/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 180 - Institui os Jogos Intermunicipais de Rondônia – JIR.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei nº 172/15, já se encontra com Parecer. Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 176/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 181 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 1.280.000,00, em favor da Unidade Orçamentária, Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER. Com Emenda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei já está com o Parecer, com Emenda. Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 176/15, com Emenda.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO - Requer à Mesa nos termos do § único, do Artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº 186/15; do Projeto de Lei nº 198/15; do Projeto de Lei Complementar 036/15; do Projeto de Lei nº 101/15; do Projeto de Lei nº 205/15; do Projeto de Lei nº 195/15; do Projeto de Lei nº 141/15; do Projeto de Lei nº 172/15; do projeto de Lei nº 176/15.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Não há mais Matérias, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida... a fim de apreciar as Matérias em segunda discussão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 40 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 614,
DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Suspende a execução da Lei nº 3.179, de 30 de setembro de 2013.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica suspensa, nos termos do inciso XX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução da Lei nº 3.179, de 30 de setembro de 2013, que "Dispõe sobre o incentivo ao

desenvolvimento regional através da utilização do Pregão Presencial nas Licitações no Estado de Rondônia", por ter sido declarada inconstitucional.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 3 de dezembro de 2015.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente ALE/RO**

ATO Nº 010/2015-MD/ALE

Nomeia os membros da Frente Parlamentar Permanente em Defesa da Mobilidade Urbana.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, em consonância com a Resolução nº 315, de 22 de outubro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os seguintes Deputados para compor a Frente Parlamentar Permanente em Defesa da Mobilidade Urbana: Léo Moraes – PTB ; Jesuino Boabaid – PT do B; Dr. Neidson – PT do B; Aécio da TV – PP; e Laerte Gomes – PEN.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Mesa Diretora, 3 de dezembro de 2015.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO**

**Deputado EDSON MARTINS
1º Vice –Presidente – ALE/RO**

**Deputado HERMÍNIO COELHO
2º Vice –Presidente – ALE/RO
Deputado LEBRÃO
1º Secretário – ALE/RO**

**Deputada GLAUCIONE
2ª Secretária – ALE/RO**

**Deputado ALEX REDANO
3º Secretário – ALE/RO**

**Deputada RONSÂNGELA DONADON
4ª Secretária – ALE/RO**

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº3485/2015-SRH/P/ALE**

OPRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

RELOTAR:

JOSÉ RIBAMAR DE CARVALHO LAGO matrícula nº. 100008153, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete do Deputado Alex Redano, a partir de 01 de novembro de 2015.

Porto Velho, 26 de novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3544/2015-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

RELOTAR:

MOACYR PARRA MOTTA, matrícula nº. 100003980, ocupante do Cargo de Advogado, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 07 de novembro de 2015.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3482/2015-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

PRORROGAR:

A cedência da servidora **NAIDE ANA DE CERQUEIRA COSTA GOMES**, cadastro nº. 100010231, Assistente Técnico Legislativo, para o Senado Federal, para desenvolver suas atividades laborais no Gabinete do Senador Ciro Nogueira, sem ônus para este Poder Legislativo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Porto Velho 24 de novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3481/2015-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

RELOTAR:

RUBENS GOMES DA SILVEIRA, matrícula nº. 100007858, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete do Deputado Cleiton Roque, a partir de 26 de outubro de 2015.

Porto Velho, 24 de novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº3554/2015-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

RAFAEL MOISES DE SOUZA BUSSIOLI, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de dezembro de 2015.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2015

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 516/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 10 a 12/12/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se a cidade de Boa Vista - RR, com o objetivo de assessorar o Deputado Dr. Neidson, que estará participando do Projeto CHAME - Centro Humanitário de Apoio a Mulher, conforme Processo nº. 16654/2015-46.

Matricula: 200162041

Nome: Genivaldo Santos Silva

Cargo: Assessor Técnico

Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 03 de Dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 517/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 10 a 12/12/2015 ao **Deputado Estadual NEIDSON DE BARROS SOARES**, matricula nº200160355, para deslocar - se a cidade de Boa Vista - RR, com o objetivo de participando do Projeto CHAME - Centro Humanitário de Apoio a Mulher, conforme Processo nº. 16654/2015-46.

Porto Velho - RO, 03 de Dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 518/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 07 a 08/12/2015 ao **Deputado Estadual JOSÉ HERMÍNIO COELHO**, matricula nº200152621, para deslocar - se ao município de Humaitá - AM, com o objetivo de participar da Audiência Publica na Câmara dos Vereadores, conforme Processo nº. 16737/2015-90.

Porto Velho - RO, 04 de Dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 519/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 07 a 08/12/2015 ao servidor relacionado para realizar serviços de motorista e fazer a segurança pessoal do Deputado Herminio Coelho, durante seu deslocamento ao município de Humaitá - AM, onde irá participar da Audiência Publica na Câmara dos Vereadores, conforme Processo nº. 16737/2015-90.

Matricula: 200161919

Nome: Alberto Jorge Valle

Cargo: Asses. Militar

Lotação: Sec. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 04 de Dezembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral